



A Auditoria e o Controlo Interno nos Inventários, o caso do Vinho do Porto

Pedro Xavier Quaresma da Silva

**Dissertação de Mestrado
Mestrado em Auditoria**

Porto – 2016

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**



A Auditoria e o Controlo Interno nos Inventários, o caso do Vinho do Porto

Pedro Xavier Quaresma da Silva

2070349

**Dissertação de Mestrado
apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto
para a obtenção do grau de Mestre em Auditoria, sob orientação da Professora
Doutora Susana Adelina Moreira Carvalho Bastos**

Porto – 2016

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**

Resumo

O comércio do Vinho do Porto está associado de forma marcante à história de Portugal, quer pela identidade que alcançou no Mundo, quer pelas transformações económicas, sociais, entre outras que provocou na região do Douro. A sua importância económica foi, ao longo de vários séculos, determinante nas exportações portuguesas.

Algumas indústrias enfrentam dificuldades com a tradicional mensuração dos inventários, como é o caso das indústrias do Vinho do Porto, que é caracterizada por vinhos de qualidade e com inventários de longa duração.

Este estudo tem como objetivo analisar a variação dos inventários de produção do setor vinícola, nomeadamente no caso da produção do Vinho do Porto, tendo como objeto de análise o impacto verificado nos dados económicos e financeiros destas empresas pela inventariação dos stocks de Vinho do Porto, que, pela sua crescente antiguidade, podem levar a situações críticas em algumas empresas deste setor.

Pretende-se, ainda, efetuar uma análise comparativa entre as diversas empresas do setor na tentativa de perceber o comportamento da variação do valor dos inventários versus a performance económica e financeira das mesmas.

Assim, foram analisados os dados económico-financeiros de uma amostra selecionada de uma população com grande dimensão – as empresas contidas no Sistema de Análise de Balanços Ibéricos (SABI) – para estudar esta problemática: importância dos inventários na performance global das empresas de Vinho do Porto.

Da população de 312.434 mil empresas, foram aplicados filtros de pesquisa, tendo uma amostra composta por 122 empresas. Analisados os dados disponíveis, como é o caso da variação dos inventários, dos resultados correntes e do ativo. A utilização de rácios tornou-se bastante útil para compreender a sua evolução e a forma como reagem os inventários quando expostos a determinados fatores. Assim, apresentamos as conclusões, sendo que, de algumas conclusões que não estaríamos à espera.

Palavras chave: Inventários, Auditoria, Controlo Interno e Vinho do Porto.

Abstract

Trade Port Wine is markedly associated to the history of Portugal and the identity that achieved in the world, either by economic, social, among others that caused in the Douro region.

Its economic importance has been, over several centuries, determining in Portuguese exports.

Some industries are struggling with the traditional measurement of inventories, as is the case of the industries of the Port, which is characterized by quality wines and long term inventories.

This study aims to analyze the variation of the wine industry production inventories, particularly for the production of Port wine, having as object of analysis the impact seen in the economic and financial data of these companies by inventorying of Port Wine stocks, which by their increasing seniority can lead to critical situations in some companies of this sector.

It is intended to also make a comparative analysis of the various companies in the sector in an attempt to understand the behavior of the change in the value of inventories versus economic and financial performance of the same.

Thus, the economic and financial data from a selected sample of a population with large dimensions were analyzed - companies contained in the Iberian Balance Analysis System (SABI) - to study this issue: the importance of inventories in the overall performance of Port Wine Companies.

The population of 312,434,000 companies, had search filters applied, resulting in a sample composed of 122 companies. Analyzed the available data, such as the change in inventories, current results and assets. The use of ratios has become quite useful to understand their evolution and how the inventories react when exposed to certain factors. Thus, we present the conclusions, and, some we were not counting on.

Key Words: Inventories, Auditing, Internal Controls and Port Wine.

Agradecimentos

Tão importante como receber o apoio é o ato de agradecê-lo.

Começo por agradecer à minha orientadora, a Professora Doutora Susana Moreira Bastos, pela disponibilidade e apoio ao longo de todo o trabalho, pois, sem dúvida foi uma ajuda fundamental para a execução do mesmo.

Um agradecimento a todos os docentes deste Mestrado em Auditoria, pelo que, sem os seus ensinamentos não teria sido possível concluir esta etapa da minha vida.

À Professora Doutora Alcina Portugal Dias não posso deixar de endereçar um especial agradecimento, pela forma como nos foi transmitindo os seus conhecimentos e pelo apoio sempre demonstrado no decorrer deste Mestrado de Auditoria.

À minha família, em especial, à minha mãe e ao meu pai, por sempre me apoiarem, acreditarem em mim, e por me terem ajudado a alcançar os meus objetivos pois, sem o seu apoio e o amor incondicional nada disto teria sido possível.

Um agradecimento muito especial, à minha namorada; companheira; amiga; Natacha de Sousa, pelo seu inquestionável apoio e constante motivação para o alcance deste grande objetivo.

Lista de Siglas

AFT	Ativos Fixos Tangíveis
AICPA	Instituto Americano dos Contabilistas Públicos Certificados (<i>American Institute of Certified Public Accountants</i>)
AIMMAP	Associação dos Industriais Metalúrgicos Metalomecânicos e Afins de Portugal
AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
CIRC	Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas
COSO	<i>Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission</i>
DGCI	Direção Geral das Contribuições e Impostos
DL	Decreto-lei
EP	Estrutura Concetual
EBITDA	<i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>
IAS	<i>International Accounting Standards</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IFAC	<i>International Federation of Accountants</i>
IIA	<i>Institute of Internal Auditors</i>
INTOSAI	<i>Internacional Organization of Supreme Audit Institutions</i>
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
LT	Lucro Tributável
MP	Matérias-primas
NCRF	Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro
PA	Produtos Acabados
PVF	Produtos em vias de fabrico
ROE	<i>Return On Equity</i>
SIP	Sistema de Inventário Permanente
SNC	Sistema de Normalização Contabilística

SABI	Sistema de Análise de Balanços Ibéricos
UE	União Europeia
VRL	Valor Realizável Líquido

Índice

Resumo	ii
Abstract	iii
Agradecimentos	iv
Lista de Siglas	v
Introdução	1
CAPÍTULO I – Revisão de Literatura	3
1. Inventários	5
1.1. Definição de inventários.....	5
1.1.1 Princípios gerais dos inventários:.....	6
1.2. Tipos de inventários	6
1.3. Importância do inventário	7
1.4. Mensuração	9
1.5. Reconhecimento	11
1.6. Desreconhecimento	12
1.7. Os sistemas de custeio	12
1.8. Regularização de inventários.....	13
1.8.1. Quebras e sobras de inventários	14
1.8.2. Oferta de inventários	14
1.8.3. Sinistros de inventários	15
1.8.4. Transferência para ativos fixos tangíveis (AFT)	15
1.9. Os inventários e a fiscalidade	15
1.10. Controlo dos inventários.....	18
2. Controlo interno	18
2.1. Requisitos no controlo interno	20
2.2. Controlo interno na área dos inventários.....	20
3. O caso do Vinho do Porto	21
3.1. Breve Perspetiva Histórico-Económica.....	22
3.2. Evolução Legislativa	23
3.3 – Inventários no Vinho do Porto em Portugal	27
3.3.1 – Problemas relacionados com o tempo	28
3.3.2 – Problemas relacionados com impostos.....	28

3.3.3 - Juros imputados aos inventários.....	29
4. Auditoria.....	29
4.1. Controlo Interno	32
4.2. Auditoria aos Inventários	33
CAPÍTULO II - Metodologias.....	35
5. Métodos de investigação	37
5.2. Procedimentos de recolha de dados.....	39
5.2.1. Análise documental	39
5.3. Procedimentos de análise e tratamento dos dados.....	40
5.3.1. Análise de Conteúdo	40
5.3.3. Triangulação de dados.....	42
5.5. População e Amostra.....	44
CAPÍTULO III – Estudo Empírico	47
1.1. Formulação das Hipóteses de Estudo	49
CAPÍTULO IV – Considerações Finais	69
1. Conclusões	71
2. Limitações do Estudo	77
3. Propostas para Investigações Futuras	77
Apêndices	79

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Tipos de Mensuração	10
Tabela 2 - Volume de Negócios/Número de Funcionários	53
Tabela 3 - Antiguidade da Amostra.....	53
Tabela 4 - Comparação dos dados Económico-Financeiros (Valores Médios).....	54
Tabela 5 - Dados económicos financeiros vs quantidade de inventários	57
Tabela 6 - Análise Anual dos Dados Gerais da Totalidade da Amostra.	59
Tabela 7 - Comparação dos Dados Económico-financeiros dos Diferentes Graus de Independência.	61
Tabela 8 - Análise Anual da Variação dos Inventários, o Respectivo Endividamento, Liquidez e Ativos.	62
Tabela 9 - Análise dos Dados Económicos Financeiros por Endividamento, Liquidez, Rendibilidade, Ativo e Capital Próprio.....	64
Tabela 10 - Análise dos Dados Económicos Financeiros por Resultados, EBITDA, Inventários e Volume de Negócios	65

Índice de Gráficos

Gráfico 1- Dispersão de empresas por grau de independência BvD	56
Gráfico 2- Número de Empresas versus Valor de Inventários	57
Gráfico 3 - Média de ativos nas empresas da amostra.....	58
Gráfico 4- Ativo	59
Gráfico 5 - Endividamento vs Solvabilidade.....	60
Gráfico 6 - Evolução dos Inventários	61
Gráfico 7 - Variação dos Inventários (Anuais).....	63
Gráfico 8 - Ativos (Anuais).....	64
Gráfico 9 - Resultados Correntes	66
Gráfico 10 - Inventários.....	66
Gráfico 11 - Volume de Negócios.....	67

Introdução

Os inventários designam ativos detidos para venda no decurso da atividade empresarial e no processo de produção para essa venda (Marques, 2010). A principal característica de um bom inventário é o detalhe, ou seja, quanto mais minucioso e mais preciso for um inventário, melhor consegue cumprir a sua função (Marques, 2010).

Os erros de inventário podem afetar tanto o Balanço como a Demonstração de Resultados. Com efeito, diferenças no inventário físico podem afetar a medida e o valor dos ativos correntes, o total do ativo, e, como corolário, o Balanço (Marques, 2010).

Podem, igualmente, representar-se no custo das mercadorias vendidas, ou as variações de produção, o resultado bruto, o resultado líquido e logicamente a Demonstração de Resultados (Marques, 2010).

O custo dos inventários é um dos itens mais significativos em muitas empresas, tendo o termo inventário a seguinte abrangência: mercadorias destinadas à venda, produtos acabados para venda, produtos e trabalhos em curso, matérias-primas e matérias para serem incluídas no processo produtivo (Reis, 2008).

A importância dos inventários é de tal ordem que os economistas monitorizam a sua mudança para inferir da riqueza de um país (Reis, 2008). Do mesmo modo que a gestão, em termos de eficiência e eficácia, é frequentemente considerada a chave do êxito em muitos negócios, numa economia de mercado os inventários são um importante barómetro aferidor da atividade empresarial (Rocha, 2000).

Neste contexto, a correta mensuração dos inventários é fundamental no delineamento de uma política assertiva de gestão de *stocks* – efeito balanço e efeito demonstração dos resultados –, não sendo desprezível o efeito fiscal (Costa, 2007). A razão das empresas adotarem diferentes critérios de avaliação tem raiz nos três efeitos citados, que não atuam independentemente, mas em estrita correlação (Costa, 2007).

Este trabalho é composto por uma revisão de literatura a determinados temas, nomeadamente, aos inventários, aos seus princípios gerais, aos tipos de inventários, à sua importância e mensuração de acordo com a NCRF 18, explicamos ainda, o seu reconhecimento, assim como, os sistemas de custeio e como proceder a uma regularização dos inventários em diversos casos. Como não podia deixar de ser, a

fiscalização nos inventários e o seu controlo interno foi mais um dos pontos referenciados.

Abordamos as diversas componentes do controlo interno, os seus requisitos e a sua aplicação nos inventários. No ponto seguinte evidenciamos alguns aspetos da auditoria e do controlo interno e como é aplicável a auditoria nos inventários.

No capítulo II apresentamos o estudo empírico, onde explicamos os diversos procedimentos de recolha de dados e os métodos de investigação, tendo definido a amostra dentro de uma população em que procedemos à explicação dos procedimentos determinantes para a sua concreta definição, nomeadamente explicação detalhada do funcionamento da ferramenta utilizada para a recolha de dados, a base “SABI”.

No último capítulo apresentamos as conclusões, na qual constam os aspetos que consideramos mais importantes, tais como, a variação dos inventários de produção no período compreendido entre os anos de 2004 e 2014 e o impacto de dados económicos e financeiros das empresas objeto da amostra deste estudo.

Testamos a existência de um elevado endividamento nas empresas deste setor, e se este seria devido à acumulação dos seus inventários, tendo constatado que as empresas, em 2007, apresentam um decréscimo, sendo que em 2008 registam um aumento, mantendo-se constante até ao ano de 2009. De realçar que as empresas mais recentes são as que demonstram um rácio de endividamento superior ao das restantes.

Procedemos ainda à análise da relação existente entre a maturidade e o endividamento das empresas da amostra no setor, detetando que as empresas com mais antiguidade apresentam valor mais elevado de inventários.

Para terminar, identificamos as principais limitações a este estudo, assim como, propostas para investigações futuras.

CAPÍTULO I – Revisão de Literatura

1. Inventários

1.1. Definição de inventários

Os inventários são “(...) ativos detidos para venda no decurso normal do negócio; ativos que se encontram em processo de produção para venda; e matérias-primas e materiais a serem consumidos no processo de produção ou de prestação de serviços.” (NCRF 18 - §6). Os inventários são ativos correntes, pois, regra geral, permanecem na entidade durante um período inferior a um ano, excetuando-se quando existe obsolescência de alguns bens.

Os inventários são “(...) o conjunto de mercadorias ou dos artigos acumulados à espera de uma utilização posterior mais ou menos próxima e que permite alimentar regularmente os utilizadores sem lhes impor as interrupções de fabrico ou os prazos de entrega dos fornecedores (...)” (Rambaux,1968:15).

A partir desta definição é possível depreender que os inventários se englobam no conceito de ativos correntes¹ uma vez que a sua finalidade é permanecer por menos de um ano após a data de Balanço na entidade, a menos que o bem tenha um ciclo operacional superior a doze meses. Nesta definição encontram-se ainda incluídos todos os bens comprados com a finalidade de revenda, todos os produtos acabados produzidos pela entidade (quer a produção seja “dentro” da entidade, quer seja por via de subcontratação). Inclui igualmente os trabalhos em curso, bem como as matérias-primas, matérias subsidiárias e consumíveis que ainda não foram usados no processo de produção. Na prestação de serviços os inventários, segundo o § 8 da NCRF 18, incluem os custos do serviço que a entidade ainda não tenha reconhecido o rédito.

Numa empresa comercial os inventários compreendem mercadorias detidas para venda, no entanto, numa empresa industrial, o inventário é composto por matérias-primas (MP), produtos em vias de fabrico (PVF) e Produtos Acabados (PA). É importante

¹ Ativo corrente: “um ativo deve ser classificado como ativo corrente quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido, no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (b) esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (c) espera-se que seja realizado num período até doze meses após a data do balanço; ou (d) é caixa ou equivalente de caixa, a menos que lhe seja limitada a troca ou uso para liquidar um passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço”. - § 14 da NCRF 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras.

realçar que trabalhar com artigos de inventário pode ser uma atividade de caráter complexo, dependendo do tipo e tamanho de cada empresa (Day, 2008).

O Decreto-Lei n.º 158/2009 que aprova o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), no n.º1 do art.º12, vem estabelecer a obrigatoriedade de adoção do Sistema de Inventário Permanente (SIP), regra geral, às entidades sujeitas ao SNC ou às normas do *International Accounting Standards Board* (IASB) adotadas pela União Europeia (UE). Contudo, estabelece uma dispensa para entidades de menor dimensão (Day, 2008).

1.1.1 Princípios gerais dos inventários:

- a) *Instantaneidade* – o levantamento deve referir-se a um determinado instante, dia e hora do seu início e término, para todo o património a que se refere;
- b) *Tempestividade* – o levantamento deve ser realizado na data mais próxima possível do evento (motivo) a que se refere, e no menor tempo possível, para evitar manobras, distorções de factos ou situações;
- c) *Integridade* – o levantamento deve envolver todos os elementos que são objeto do inventário a que se refere;
- d) *Especificação* – o inventário deve especificar cada elemento patrimonial e agrupá-lo de acordo com a sua função em grupos homogéneos que efetivamente os represente;
- e) *Homogeneidade* – os elementos patrimoniais devem ser apresentados sob medidas uniformes (litros, metros, quilos) e, principalmente, uma única medida de valor (moeda nacional);
- f) *Uniformidade* – este princípio pretende que se mantenham os mesmos critérios, normas e estrutura, para a elaboração de todos os inventários, com a finalidade de assegurar a possibilidade de comparações entre inventários sucessivos (Day, 2008).

1.2. Tipos de inventários

Os inventários podem ser classificados de acordo com as finalidades, a extensão ou amplitude, a periodicidade e o aspeto legal (Costa, 2007).

Classificação dos inventários de acordo com os fins:

- a) Inventário de exercício ou de gestão – elaborado por ocasião do encerramento do exercício, apuramento do resultado e elaboração dos balanços.

- b) Inventário de constituição ou instalação – para revelar a realidade patrimonial de instalação da entidade, ou para iniciar o seu registo contabilístico. (a substituir por: a sua contabilidade, ou: o seu registo contabilístico).
- c) Inventário de liquidação – para proceder ao encerramento das atividades e à liquidação patrimonial da entidade.
- d) Inventário de fusão, transferência, cessão, transformação ou consignação – para revelar a situação patrimonial em caso de negociação total ou parcial da entidade, nos casos citados.

Classificação dos inventários de acordo com a extensão ou amplitude:

- a) Inventário geral ou total – quando levanta todos os componentes patrimoniais da entidade.
- b) Inventário parcial – quando levanta apenas parte dos componentes patrimoniais da entidade.

Classificação dos inventários de acordo com a periodicidade:

- a) Inventários ordinários – quando são levantados periodicamente na entidade, em datas pré-fixadas e em períodos regulares, como por exemplo, os inventários de exercícios.
- b) Inventários extraordinários – inventários elaborados esporadicamente e fora de datas normais na entidade.

Classificação dos inventários de acordo com o aspeto legal:

- a) Inventários obrigatórios – levantados em obediência a leis, decretos e outros dispositivos impositivos.
- b) Inventários estatutários ou contrатаis – aqueles previstos nos documentos de constituição da entidade.

1.3. Importância do inventário

Os inventários apresentam diversas vantagens, nomeadamente:

- 1) Obtenção de economias em escala;
- 2) O equilíbrio entre a procura e a oferta;

- 3) Especialização na produção - a existência de um inventário permite a uma dada unidade fabril a especialização na produção de um determinado produto ou gama de produtos, a designada *focused factories*. Os produtos acabados, produzidos em várias unidades especializadas, podem ser enviados para um armazém de consolidação, a partir do qual as encomendas dos clientes são satisfeitas; as economias na produção e no transporte, em lotes maiores, compensam o custo de movimentações adicionais.
- 4) Fornece proteção contra incertezas na procura e no ciclo de encomenda: rutura em caso de variação na procura e falha dos modelos de previsão; variação na cadeia de abastecimento: falhas, acidentes, incidentes, garantia de abastecimento, flutuação de preços no mercado, entre outras. O planeamento dos níveis e da localização dos inventários é essencial, independentemente das razões, os custos de manter inventários devem ser obrigatoriamente comparados com os custos da opção de não os manter – *trade-offs* entre os custos de inventário e os custos de ruturas.
- 5) Por último, atua como um *buffer* (proteção) entre interfaces críticas no canal de distribuição.

A escolha do sistema de inventário para a contabilização e controlo das existências é uma decisão estratégica importante, que deve ter subjacente uma análise custo-benefício, mas que é também condicionada por uma diversidade de fatores de natureza diversa que se correlacionam e são um *input* no processo de tomada de decisão.

Com efeito, a opção, enquadra-se, atualmente na escolha de um sistema de informação global, no qual a contabilidade se integra como um mero subsistema.

De facto, a gestão dos *stocks* compreende no seu âmbito, uma problemática mais rica do que o simples registo e controlo das transações, por isso, as empresas mais evoluídas na procura da informação, não tomam a decisão somente em termos de escolha do tipo de inventário, mas, preferem um sistema integrado de gestão.

O cartesianismo, em contabilidade, permite uma tomada de decisões isoladas, enquanto o holismo permite uma perspetiva interligada dos *stocks*. A par destes fatores de natureza informativa na empresa, podem, no contexto da decisão de adotar ou não o inventário permanente, surgir outros tipos de fatores que podem obstar a procura do

melhor sistema de informação de gestão, que englobe o subsistema contabilístico e de gestão de *stocks*.

Com efeito, fatores económico-financeiros podem ter uma influência qualitativa importante na escolha do melhor sistema, aos quais se podem associar fatores comportamentais – relacionados com os agentes que irão tratar e analisar o processo produtivo – consubstanciados em juízos dos agentes encarregues de recolher, contabilizar, analisar, gerir e validar o processo de informação relacionado com a área de *stocks*.

Fatores fiscais também podem emergir, consoante o nível de fiscalidade existente em cada país, e a maior ou menor interação entre a contabilidade e a fiscalidade. Da mesma forma, aspetos relacionados com o grau de integração do sistema, ou seja, fatores relacionados com a qualidade da informação pretendida nos diferentes estádios produtivos da empresa, podem ter um peso determinante na decisão.

1.4. Mensuração

De acordo com o § 9 da NCRF 18, os inventários devem ser mensurados pelo custo (de aquisição ou produção) ou pelo valor realizável líquido² (VRL), dos dois o mais baixo. Normalmente, os inventários são mensurados pelo custo. No entanto, podem emergir casos, tais como “*deterioração física, obsolescência, diminuição do preço de venda, ou aumento dos custos que a entidade prevê suportar*” (Morais et al., 2004: 65), em que o custo dos inventários pode não ser recuperado tendo de o mensurar a partir do valor realizável líquido. Nesta situação, a entidade tem de proceder à comparação, de forma regular, entre os dois valores, e mensurar os inventários tendo em consideração o valor mais baixo. Esta observação deve ser realizada de modo individual, e, em cada período consecutivo, uma nova avaliação deverá ser levada a cabo (Morais et al., 2004).

² VRL: a estimativa do preço de venda do inventário deduzido dos custos estimados de acabamento e de venda, esta estimativa deve basear-se na mais fiável evidência disponível no momento em que é feita no que concerne ao valor que se espera que o inventário venha a realizar.

O custo dos inventários deve incluir os custos de compra, os custos de conversão e outros custos, incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais.

Os custos de compra dizem respeito à soma do respetivo preço de compra com os direitos de importação e outros impostos suportados pela entidade, bem como os custos de transporte, manuseamento e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição de bens acabados, materiais e serviços (Morais et al., 2004).

Os custos de conversão incluem custos diretamente relacionados com a produção e gastos gerais de fabrico, e outros custos, que podem englobar, por exemplo, os custos de conceção para clientes específicos.

Mensuração inicial	O custo dos inventários deve incluir todos os custos de compra, custos de conversão (produção) e outros custos suportados para colocar os inventários no seu local.	No caso do custo de compra: pelo preço de compra, onde se incluem os direitos de importação e outros impostos; custos de transporte; manuseamento; e outros atribuíveis à aquisição; deduzindo-se os descontos comerciais, abatimentos;
		No caso dos custos de conversão, pelos custos diretamente relacionados com a produção, tais como a mão-de-obra direta, gastos gerais de produção fixos e variáveis (custeio racional).
Mensuração subsequente	Custo, ou, pelo valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.	A definição de valor realizável líquido encontra-se expressa nos § 6 e 7, e refere que é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade empresarial, menos os custos estimados de acabamento e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Tabela 1 - Tipos de Mensuração

Fonte: Elaboração própria, 2016.

1.5. Reconhecimento

Uma vez que a norma se encontra omissa relativamente aos critérios de reconhecimento dos inventários como ativo, é necessário recorrer à Estrutura Concetual (EP)³. Desta forma, os inventários são reconhecidos como ativos quando (§ 87) haja a possibilidade dos benefícios económicos futuros fluírem para a entidade bem como quando o ativo apresente um custo que possa ser alvo de mensuração com fiabilidade. Daqui é possível inferir-se o estabelecido no princípio da correlação entre rendimentos e gastos, isto é, a quantia do custo é reconhecido como ativo e depois é concedida a resultados (enquanto gasto) no mesmo período em que o rédito é reconhecido.

De acordo com a perspetiva apresentada, Morais et al. (2004: 37-8) consideram que, quando se torna provável a existência de benefícios económicos futuros, está-se a assumir o risco de não vender, por exemplo, devido à decomposição dos inventários. Neste nível existe ainda o problema das subcontratações e dos adiantamentos por conta de compras, uma vez que somente se pode reconhecer como ativo quando estiver assegurada a possibilidade de aquisição e a consequente obtenção de benefícios económicos futuros.

No que acomete a segunda condição, o valor dos produtos comprados é o seu custo, pelo que se encontra garantida a fiabilidade da mensuração (Morais et al., 2004). Nos produtos fabricados, a fiabilidade só pode ser assegurada aquando da utilização de um sistema adequado de informação interno. Relativamente ao momento do reconhecimento não é suficiente existir a entrega do bem, ou seja, é também fundamental haver uma transmissão do risco (Morais et al., 2004). Para isso, a entidade tem de proceder à verificação das condições acordadas para a aquisição, especificamente os bens à consignação (onde existe entrega do bem, mas não há transmissão do risco), as condições em transações internacionais onde a entidade pode utilizar os denominados *Incoterms*⁴. Estes têm como objetivo propor, sem exigir, os direitos e obrigações recíprocos do exportador e do importador, estabelecendo um

³ A EC estabelece conceitos que estão subjacentes à preparação e apresentação das demonstrações financeiras, seja pelas entidades que preparam um conjunto completo de demonstrações financeiras, seja pelas pequenas entidades. As principais finalidades da EC são auxiliar os preparadores das demonstrações financeiras na aplicação das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e no tratamento de tópicos que ainda tenham de constituir assunto de uma dessas Normas e ajudar a formar opinião sobre a aderência das demonstrações financeiras às NCRF.

⁴ Incoterms: International Commercial Terms ou Termos Internacionais de Comércio

conjunto-padrão de definições e determinando regras imparciais e práticas neutras, como por exemplo, onde o exportador deve entregar a mercadoria.

1.6. Desreconhecimento

Segundo Moraes et al. (2004: 73) procede-se ao desreconhecimento dos inventários sempre que se verifiquem as seguintes situações:

- a. Transferência para outras existências por consequência do consumo dos inventários;
- b. Venda de inventários;
- c. Conclusão de serviços;
- d. Entrega de inventários como contrapartida da compra de outro ativo ou da eliminação de um passivo;
- e. Transferência para ativos fixos tangíveis ou ativos intangíveis por alteração da sua finalidade;
- f. Perda de inventários.

1.7. Os sistemas de custeio

O sistema de custeio designa um conjunto de métodos e técnicas utilizadas por uma organização/entidade com a finalidade de imputar ao produto ou ao serviço, todos os custos a ele relacionados (Cogan, 1999).

De acordo com a perspectiva defendida por Bornia (2002), a análise de um sistema de custeio pode ser efetuada tendo em conta dois pontos de vista. No primeiro, analisa-se se o tipo de informação obtida, é adequada às necessidades da empresa e quais as informações fundamentais que devem ser transmitidas (Bornia, 2002). Esta discussão encontra-se interligada com os objetivos do sistema (Bornia, 2002). O segundo, denominado por método de custeio, está relacionado como os dados são processados de forma a obter as informações (Bornia, 2002).

Horgren et al., (1997) consideram a existência de três sistemas de custeio atendendo à natureza dos custos: super-variável, variável e absorção. No primeiro, são incluídas no custo de produção apenas as matérias diretas variáveis (Horgren et al., 1997). Ao nível

do custeio variável, surgem já todos os custos variáveis (Horgren et al., 1997). No sistema de custeio por absorção são considerados todos os custos industriais.

A definição de um sistema de custeio compreende a consideração de várias componentes, destacando-se as seguintes: pressupostos; componentes de custo; dados mestres; mecanismos de apuramento e mecanismos de controlo (Cogan, 1999).

Os pressupostos estabelecem as premissas base de funcionamento do sistema de custeio, estando normalmente associados à distribuição de custos associados a recursos comuns, diretos (como os custos salariais de um operador de máquina, os custos de um engenheiro do projeto, o custo energético de uma máquina, etc.) ou indiretos (como os custos de um controlador de qualidade, etc.), aos produtos e atividades, em função de um determinado indutor, como o tempo gasto (Cogan, 1999). Os dados base são também pressupostos, normalmente associados às formas de obtenção (gamas operatórias e respetiva estimativa de tempos) e aos materiais utilizados, em determinado produto (Cogan, 1999).

Os mecanismos de apuramento determinam a forma e o nível a que a determinação do custo se fará, constituindo a fase mais operacional do sistema de custeio. Assentam nos dados mestres e, de forma indireta através de taxas, nos pressupostos, para determinar, num processo recursivo, o custo de um produto/projeto (Cogan, 1999). Os mecanismos de controlo têm como objetivo validar a aderência dos pressupostos base do sistema de custeio à realidade verificada, podendo colocar-se a vários níveis: ordem de fabrico, projeto, controlo ao nível da contabilidade analítica.

1.8.Regularização de inventários

Após proceder à contagem física dos inventários, a entidade realiza as regularizações de inventário para que o saldo final da conta de inventários corresponda ao valor dos inventários em *stock*. Podendo existir factos que necessitem de regularização: quebras e sobras de inventários; ofertas de inventários; sinistros em inventários e transferência para ativos fixos tangíveis (AFT).

1.8.1. Quebras e sobras de inventários

As quebras e as sobras de inventários dizem respeito a alterações na quantidade e valor das existências não diretamente relacionadas com as vendas ou os consumos (Jesus, 2012).

As quebras são diminuições que não decorrem da venda ou uso dos inventários. Esta situação pode ocorrer devido a roubos, abates de produtos deteriorados ou obsoletos (Jesus, 2012).

As sobras são aumentos dos inventários no armazém não decorrentes de compras normais. Esta situação pode acontecer devido a entrega de mercadoria a mais pelo fornecedor, não tendo sido registada essa situação (Jesus, 2012). As quebras e sobras anormais são as de verificação imprevisível e extraordinária, são resultantes de factos alheios ao exercício da atividade (Jesus, 2012). As quebras e sobras normais só dão origem a lançamento contabilístico se o valor global for alterado.

No entanto, se a alteração ocorrer na quantidade ou preço unitário não há origem a regularização, face ao sector onde está inserida a empresa, poderá ser debitada a conta 6842 - Outros gastos e perdas - Perdas em inventários – Quebras, ou creditada a conta 7842 – Outros rendimentos e ganhos – Ganhos em inventários – Sobras, consoante o caso. (Jesus, 2012).

1.8.2. Oferta de inventários

As ofertas de inventários também dão origem a regularização de inventários. Desta forma, sempre que for oferecido um inventário devemos proceder à contabilização do respetivo gasto (conta 6884 – Outros gastos e perdas – Outros – Ofertas e amostras de inventários), e à saída de armazém (Costa et al., 2008).

1.8.3. Sinistros de inventários

O sinistro pode ser visto como uma quebra anormal em inventários, resultante de factos imprevisíveis e alheios ao exercício da atividade (acidentes, roubos, entre outros) (Monteiro, 2013).

1.8.4. Transferência para ativos fixos tangíveis (AFT)

Um ativo fixo tangível é um bem ou conjunto de bens, móveis e imóveis, registados na entidade, com permanência superior a um ano, e que são necessários à manutenção e desenvolvimento de atividades operacionais (Monteiro, 2013). Este deve ser reconhecido como tal se e só se for provável que fluam para a entidade benefícios associados a esse elemento e ainda que o mesmo possa ser mensurado fiavelmente (Monteiro, 2013). Os benefícios económicos futuros podem chegar à entidade de várias maneiras, dependendo da forma de utilização do ativo (Monteiro, 2013). Podem ser incluídos réditos da venda de produtos ou serviços, poupanças de custos e benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade.

Um ativo pode ser utilizado individualmente ou em combinação com outros ativos na produção de bens e serviços, pode ser trocado por outros ativos, pode ser usado para liquidar um passivo ou pode ser distribuído aos detentores do capital (§54 da Estrutura Concetual).

É frequente as entidades comercializarem inventários que são suscetíveis de afetar os seus ativos fixos tangíveis, devendo estes inventários serem reduzidos ao valor dos inventários e reconhecidos como ativo fixo tangível pelo seu valor contabilístico (Morais et al., 2004). Uma vez pertencendo ao ativo fixo tangível deverá ser reconhecido o seu custo decorrente da sua depreciação durante a vida útil do mesmo (Morais et al., 2004).

1.9.Os inventários e a fiscalidade

A tributação do rendimento das pessoas coletivas é um assunto muito abrangente e que exige um conhecimento aprofundado do código do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (CIRC) e da legislação em vigor ao mesmo associado. Segundo Pires (2010: 2):

“As sociedades modernas introduziram um papel crescente do Estado na construção das estruturas económico-sociais. Esse desígnio tem exigido um esforço coletivo de crescente envergadura, cujo reflexo tem sido um aumento significativo da carga tributária. Daí decorre que a contabilidade, enquanto suporte básico para o funcionamento da fiscalidade, tem percorrido um caminho de permanente interação, o que tem justificado um ajustamento recíproco entre ambas para garantia da eficiência na prestação útil e oportuna da informação necessária à liquidação e cobrança de impostos.”

No nosso país, como em outros países de influência contabilística continental, a fiscalidade e a contabilidade encontram-se ligadas entre si (Pires, 2010). Destarte, qualquer alteração que se produza ao nível da contabilidade irá originar necessariamente efeitos ao nível da fiscalidade (Pires, 2010). O lucro tributável⁵ (LT) parte de regras utilizadas na contabilidade (Pires, 2010).

O CIRC foi criado através do DL n° 442 – B/88, de 30 de Novembro e entrou em vigor a 1 de Janeiro de 1989, o Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) incide sobre os rendimentos obtidos num período de tributação pelos respetivos sujeitos passivos coletivos.

Importa salientar que a entrada em vigor do SNC através do DL n° 158/2009, de 13 de Julho, com as alterações introduzidas no CIRC através do DL n° 159/2009, de 13 de Julho, evidenciam uma maior aproximação entre os conceitos contabilísticos e os conceitos fiscais. A publicação do DL n.º 159/09, de 13 de Julho, que, na sequência da reforma contabilística, veio introduzir os necessários ajustamentos ao CIRC, procura adaptar as regras de determinação do lucro tributável ao novo referencial contabilístico.

⁵ O lucro tributável designa o lucro ou perda de um período, determinado de acordo com as regras estabelecidas pelas autoridades fiscais, pelo qual são pagos ou recuperáveis impostos sobre o rendimento.

A adaptação do normativo fiscal, alterou, criou e eliminou alguns artigos do anterior CIRC, essas alterações foram publicadas no DL n.º 159/2009 de 13 de Julho.

Através das demonstrações financeiras, a contabilidade tem por objetivo proporcionar informação aos seus utentes acerca da posição, alteração e desempenho financeiro de uma entidade.

Por outro lado, a fiscalidade, através do CIRC tem como principal objetivo a cobrança de impostos.

Os artigos que regulam a temática dos inventários são os seguintes:

- a. Art.º 23º - Gastos;
- b. Art.º 26º - Inventários;
- c. Art.º 27º - Mudança do método de valorimetria;
- d. Art.º 28º - Ajustamentos de Inventários.

O art.º 23º do CIRC refere que os gastos resultantes do consumo de inventários devem ser reconhecidos no período económico dos mesmos e contam para o apuramento do resultado contabilístico e, conseqüentemente para o apuramento do lucro tributável, tais como ajustamentos em inventários, perdas por imparidade e provisões.

O n.º 1, do art.º 26º do CIRC, determina que os valores dos inventários a considerar nos rendimentos e gastos a ter em conta na determinação do lucro tributável são os que resultarem da aplicação de métodos que utilizem: custos de aquisição ou de produção; custos padrões apurados de acordo com técnicas contabilísticas adequadas; preços de venda deduzidos da margem normal de lucro; valorimetria especial para inventários básicos ou normais, que necessita de autorização prévia da Direção Geral de Contribuições e Impostos (DGCI), atual Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) (Pereira, 2006).

De acordo com o n.º 2, do art.º 26º do CIRC, os inventários que requerem mais de um ano para atingirem a sua condição de uso ou venda, podem incluir, para efeitos fiscais, no seu custo de aquisição ou de produção os custos dos empréstimos obtidos que lhes sejam diretamente atribuíveis, de acordo com a normalização contabilística em vigor, verificando-se uma aproximação do regime fiscal com o que decorre em termos contabilísticos da aplicação da NRCF 18 e NCRF 10 (Pereira, 2006).

O n.º 1, do art.º 28º do CIRC relata que são dedutíveis no apuramento do LT os ajustamentos de inventários reconhecidos no período de tributação até ao limite da diferença entre o custo de aquisição ou produção e o respetivo VRL referido à data do balanço, quando este for inferior àquele. Fiscalmente, o VRL corresponde ao preço de venda estimado, deduzidos os gastos previsíveis de acabamento e venda. O n.º 3, do art.º 28º do CIRC, menciona que as reversões de perdas por imparidade concorrem para a formação do LT, quando há aumento do VRL relativamente ao preço anterior ou se verifica a venda dos inventários em imparidade (Pereira, 2006).

1.10. Controlo dos inventários

O controlo de inventários é realizado através de dois sistemas: sistema de inventário permanente e sistema de inventário periódico (Marçal & Marques, 2011). De acordo com o artigo 12.º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, ficam obrigadas a adotar o sistema de inventário permanente as entidades sujeitas ao SNC e às *International Accounting Standards* (IAS) (Marçal & Marques, 2011). De referir que, embora tal não seja previsto pelo diploma, que a possibilidade de dispensa de contagens no final do ano terá como pressuposto o funcionamento de um adequado sistema de controlo interno, de modo a que os valores dos inventários sejam fiáveis (Marçal & Marques, 2011).

O inventário permanente pressupõe ainda uma adequada correspondência entre os itens individuais dos inventários e os registos contabilísticos (Reis, 2008). As contagens físicas permitem a comparação com os elementos contabilísticos, verificando se existiram quebras, falhas, sobras, entre outros (Reis, 2008). A contabilização dos inventários em sistema permanente configura uma boa prática contabilística e de controlo interno, já que permite apurar o valor dos inventários e dos custos a ele associados, com informação relevante para a gestão e para o processo de prestação de contas (Reis, 2008). Ao nível das informações a divulgar nas demonstrações financeiras verifica-se uma maior exigência dos dados quer de natureza geral e qualitativa (pressupostos, políticas e critérios), quer de cariz específico (Rocha, 2000).

2. Controlo interno

O controlo interno designa uma forma de organização que pressupõe a existência de um plano e de sistemas coordenados destinados a prevenir a ocorrência de erros e irregularidades ou minimizar as suas consequências e maximizar o desempenho da entidade em que se insere (Marçal & Marques, 2011). O IIA (*Institute of Internal Auditors*) acrescenta ainda que o controlo é qualquer ação aplicada pela gestão para reforçar a possibilidade de que os objetivos e metas estabelecidos sejam atingidos. Assim, o controlo interno é o resultado do planeamento, organização e orientação da gestão (Marçal & Marques, 2011). O IIA estabelece que os objetivos do controlo interno visam a confiança e a integridade da informação; a conformidade com as políticas, planos, procedimentos, leis e regulamentos; a salvaguarda dos ativos; a utilização económica e eficiente dos recursos e a realização dos objetivos estabelecidos para as operações ou programas (Marçal & Marques, 2011).

O controlo interno consiste em cinco componentes interligadas (Marçal & Marques, 2011):

- a) O ambiente de controlo (caraterização da cultura da entidade),
- b) A avaliação de riscos relevantes (internos e das condições envolventes),
- c) A atividade de controlo (políticas e procedimentos que permitem garantir a observância das orientações da gestão e o alcance dos seus objetivos),
- d) Informação e comunicação (identificação de informação estratégica e adequabilidade da sua comunicação),
- e) Acompanhamento do seu próprio desempenho (ACSS, 2015).

O Instituto Americano dos Contabilistas Públicos Certificados (AICPA) caracteriza o controlo interno em dois grandes tipos de controlo:

- 1) Controlo Interno Administrativo, que contém o plano de organização, os procedimentos e registos que se relacionam com os processos de decisão. É sobretudo um controlo sobre a eficiência e eficácia das áreas operacionais, tendo apenas uma influência indireta nas demonstrações financeiras.
- 2) Controlo Interno Contabilístico tem grande influência nas demonstrações financeiras, podendo afetar significativamente os registos contabilísticos (e, consequentemente, as demonstrações financeiras finais), razão pela qual deve merecer uma atenção muito especial, quer por parte do auditor interno, quer, sobretudo, por parte do auditor externo. Especificamente, compreende o plano da

organização, os registos e procedimentos que se relacionam com a salvaguarda dos ativos e com a confiança que inspiram os registos contabilísticos.

2.1. Requisitos no controlo interno

No controlo interno devem ter-se em conta os seguintes requisitos:

- a) Um organograma que proporcione uma adequada distribuição de responsabilidades;
- b) Um conjunto de normas e procedimentos que garanta um controlo razoável sobre os ativos, passivos, receitas e despesas;
- c) Uma descrição das funções que assegure o integral cumprimento dos deveres e responsabilidades de cada uma das unidades de funcionamento que compõem o organograma;
- d) Uma boa segregação de funções implica separação de funções incompatíveis entre si;
- e) Rotação de funcionários reduz a oportunidade de fraudes, erros de forma e ainda possibilita o surgimento de novas ideias de trabalho, eliminando a rotina;
- f) Que cada funcionário conheça os limites das suas obrigações e direitos;
- g) Controlo das operações, a verificação e/ou conferência das operações deve ser efetuada por pessoas diferentes dos que intervieram na sua realização ou registo;
- h) Registo metódico dos factos, o registo das operações deve observar as regras aplicáveis e basear-se em documentação adequada e fidedigna.

2.2. Controlo interno na área dos inventários

Os inventários são frequentemente considerados como ativos suscetíveis de constituir problemas contabilísticos, administrativos e financeiros, não surpreendendo, portanto, o objetivo das empresas de funcionar com o menor *stock* possível.

No entanto, os inventários representam frequentemente parcelas importantes do ativo, o que, associado à influência que podem ter na determinação dos resultados exige um adequado sistema de controlo interno, ao qual devem estar associados os seguintes procedimentos genéricos:

- ✓ Sempre que possível deve existir uma adequada segregação de funções, assegurando que as operações de autorização, contabilização, controlo e salvaguarda dos ativos recaiam sobre diferentes pessoas;
- ✓ Todos os documentos inerentes à movimentação e controlo dos inventários devem ser pré-numerados tipograficamente ou através de sistema informático;
- ✓ Devem estar claramente definidas as regras de armazenagem, de higiene e de segurança;
- ✓ Deve existir um manual de procedimentos e de políticas contabilísticas que regulamente os diversos aspetos inerentes à área dos inventários.

O controlo físico dos inventários faz-se através da sua inventariação ou contagem, aspeto muito importante no que concerne ao controlo interno. Quando a empresa segue o sistema de inventário periódico ou intermitente (o que demonstra um controlo interno fraco) a contagem física terá obrigatoriamente que ser feita no final do ano, seja no último dia do ano, seja no primeiro dia do ano seguinte.

O sistema de inventário periódico ou intermitente impossibilita o conhecimento dos resultados da atividade ao longo do ano, a não ser que se efetue uma contagem total dos inventários quando tal for pretendido. Por outro lado, uma empresa que tenha implementado o sistema de inventário permanente não necessitará de efetuar a contagem física dos seus inventários no final do ano, uma vez que tal sistema lhe permite conhecer, em qualquer momento, as quantidades em armazém. Para tal, poderá estabelecer um programa de contagens cíclicas ao longo do ano, privilegiando até os itens mais valiosos, para que sejam contados mais do que uma vez em cada ano, e os menos valiosos, poucas vezes ao ano. Para a inventariação física anual dos inventários, devem ser emitidas instruções escritas sobre a forma da sua realização. No caso das contagens físicas se realizarem ciclicamente ao longo do ano, as instruções poderão ser elaboradas aquando da realização da primeira contagem do ano, e nas seguintes, apenas se deverá emitir um pequeno documento com as alterações pertinentes (artigos a contar, armazéns, datas, etc.).

3. O caso do Vinho do Porto

3.1. Breve Perspetiva Histórico-Económica

O comércio do Vinho do Porto está associado de forma marcante à história de Portugal, quer pela identidade que encontrou no mundo, quer pelas transformações económicas, sociais e paisagísticas que provocou na região do Douro que tão bem conhecemos. A sua importância económica foi ao longo de vários séculos determinante nas exportações e trocas comerciais com o mercado exterior.

O Marquês de Pombal foi o grande estimulador do Vinho do Porto, ao proceder à delimitação das vinhas, com os marcos de feitoria. (Instituto do Vinho do Porto (IVP), publicação Setor do Vinho do Porto, 1997, pp7) Ele criou a primeira Denominação de Origem Controlada, e, em 1756, instituiu a Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro, que tinha como principal objetivo zelar pelo cumprimento da legislação específica do sector. No final do século XVIII, as exportações de vinho do porto representavam mais de metade do nosso comércio externo global.

Em 1852 devido alterações jurídicas, dá-se a extinção da Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro, como organismo de controlo do sector. Por essa altura, o Vinho do Porto representava 30% das nossas exportações.

Em inícios do século XX, o total das exportações nacionais, tinha baixado para cerca de 20%, como refere (Martins, p 238).

O Vinho do Porto nos dias de hoje detém uma quota de, aproximadamente, 2% do total das nossas exportações. Embora tenha decrescido, continua a ser um importante produto, para o equilíbrio da balança comercial, bem como para o setor vitivinícola, e, principalmente, para a economia da região do Douro.

Em 1995 foi criada a Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro que, no fundo, passa a ser o órgão central do novo modelo institucional do setor. Posteriormente, deu-se a fusão entre Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro (CIRDD) e o IVP, nascendo o IVDP - Instituto do Vinho do Douro e do Porto.

A Região Demarcada do Douro tem sido assinalada, ao longo dos tempos, por flutuações na prosperidade da sua atividade económica. A períodos mais ou menos prósperos, sucedem-se, muitas vezes, outros de crise profunda, e, intercalados com

ambos, houve anos de verdadeira estagnação ou até, ligeira regressão do setor (Martins, 1990).

Em 1993 houve uma recuperação do setor, que durou até 2000, e foi seguida de uma estagnação, que durou sete anos, e de uma fase de redução da atividade, ainda que sem entrar em recessão, em 2008 e 2009. Nos últimos 10 anos do século XX, bem como no início dos primeiros 10 anos do século XXI, verificou-se uma tendência de concentração das empresas do setor.

No que respeita a mercados de destino, do produto, o Reino Unido foi, até 1963, claramente, o maior importador. Foi ultrapassado pela França em 1963, que continua, ainda hoje, no primeiro lugar, imediatamente seguida, por esta ordem, por Holanda, Portugal, Bélgica, e Reino Unido. Tem surgido novos mercados, como os países nórdicos, União Europeia (E.U.), Canadá e asiáticos, como o Japão e o território de Hong-Kong, hoje pertencente à República da China.

Sendo o vinho do Porto um ativo de tão relevância para a economia nacional, torna-se importante o estudo do seu tratamento contabilístico, nomeadamente a sua inventariação.

Os vinhos “*vintage*” são os principais impulsionadores, pois, os vinhos de grande qualidade normalmente estão nas caves por períodos muito longos. Blake (1998) refere que a aplicação de um quadro contabilístico tradicional para a indústria do vinho do porto tem um negativo efeito nos vinhos de grande qualidade, comparado com os vinhos de baixa qualidade. A fim de promover a qualidade produtiva na indústria do vinho são essenciais grandes alterações na contabilidade financeira e na contabilidade de gestão.

3.2.Evolução Legislativa

Em termos legislativos, as épocas pombalina, de João Franco, do início do século XX, e a corporativa, períodos de intensa produção de alvarás, editais, decretos, portarias, decretos-lei, despachos, e outros diplomas legais, reguladores da produção e comércio do produto, bem como dos intervenientes, no negócio, constituem marcos importantes na regulação do Vinho do Porto. Examinemos os que julgamos serem os principais

diplomas, publicados, expondo apenas o assunto ou medida principal que referem, e quando muito, um ligeiro comentário, aos seus efeitos. Extraordinariamente abriremos uma exceção, para a conhecida Lei do Terço, o decreto-lei 47176/66 que ainda hoje tem, no funcionamento do setor uma extrema importância, quando abordada numa perspectiva económico-financeira, será analisada com um pouco mais de pormenor. Assim:

a) Época Pombalina

- Alvará régio de 10 de Setembro de 1756 – institui a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e aprovou os seus Estatutos. A companhia tinha a autoridade de conceder empréstimos, aos lavradores.
- Alvará de 16 de Dezembro de 1760 - atribui à Companhia a aptidão, em exclusivo, de estabelecer fábricas de aguardentes, reconhecendo-se a influência das mesmas, na qualidade do Vinho do Porto.
- Edital de 13 de Novembro de 161 – esclarecia as sanções para adulterações que os lavradores praticassem, relativamente às uvas e ao loteamento dos vinhos.
- Edital de 3 de Setembro de 1765 - obrigava os produtores a manifestar, 8 dias após a colheita, os vinhos armazenados, para evitar a mistura de vinhos sem qualidade, com os da Feitoria.
- Alvará de 16 de dezembro de 1773 – submete o arranque de algumas vinhas ilegais, e condiciona o seu plantio, à existência de uma licença, para o efeito, o que acontece pela primeira vez, em Portugal.

b) Época Pós-Pombalina

- Alvará de 9 de agosto de 1777 - no reinado de D. Maria I, e após o afastamento do Marquês, acaba com a exclusividade da Companhia, para o Brasil, autorizando a entrada livre dos vinhos, nos seus portos.

- Aviso de 6 de Março de 1788 - faz o arrolamento das vinhas que produzam vinhos de qualidade igual às que, nessa altura, estavam demarcadas.
- Decreto de 30 de Maio de 1834 – acaba com o monopólio e os privilégios da Companhia, que passa a funcionar como uma firma comercial normal.
- Carta de Lei de 7 de Dezembro de 1865 - extingue a Companhia torna livre a exportação de todos os vinhos.
- Convenção de Paris de 20 de Março de 1883 - para proteção da propriedade industrial, principalmente dos nomes e das denominações de origem, de cada país.

c) Época de João Franco

- Decreto de 10 de Maio de 1907 – fixa um novo regime para a produção, venda e fiscalização dos vinhos nacionais.
- Decreto de 16 de Maio de 1907 - Determina o estabelecido no decreto de 16 de Maio, e institui Comissão de Viticultura da Região do Douro.
- Decreto de 2 de Dezembro de 1907 – suspende, por 3 anos, a possibilidade de admitir autorizações de plantar vinhas, em terrenos baixos, com menos de 50 metros de quota.

d) Época pós-João Franco

- Decreto 12007, de 31 de Julho de 1926 – cria e legaliza o Entrepósito de Vila Nova de Gaia, com extensão aduaneira do Douro. Passa a ser obrigatório localizar, aí, os armazéns das firmas do setor.

e) Época Corporativa

- Decreto nº 21883, de 18 de Novembro de 1932 – constitui a Casa do Douro, acabando por criar uma primeira tentativa de organização corporativa regional.

- Decreto nº 22460, de 10 de Abril de 1933 – cria o Grémio dos Exportadores de Vinho do Porto.
- Decreto nº 22461, de 10 de Abril de 1933 – cria o Instituto do vinho do Porto.
- Decreto nº 23590, de 22 de Fevereiro de 1934 – proíbe o plantio de novas vinhas.
- Decreto nº 23638, de 7 de Março de 1934 – permite, ao instituto do Vinho do Porto, a emissão de títulos de penhor mercantil.
- Decreto nº 24276, de 31 de Julho de 1934 - determina que a exportação do Vinho do Porto só se pode fazer pelo porto de Leixões ou pela Barra do Douro.
- Decreto nº 24340, de 10 de Agosto de 1934 - obriga ao cadastro das propriedades do Douro, para efeitos classificados dos terrenos.
- Decreto nº 29601, de 16 de Maio de 1939 - institui os certificados de existência.
- Portaria nº 9773, de 5 de Abril de 1941 - regulamenta o uso de selos de garantia.
- Decreto 47176, de 2 de Setembro de 1966 – é a chamada lei do Terço. Define as condições a que devem obedecer os sócios do Grémio, ao efetuarem vendas, exportações ou cedências, superiores à sua capacidade de venda.

f) Época pós-corporativa

- Decreto-lei nº 460/76 de 9 de Junho – atribui ao IVP o exclusivo da compra de aguardentes vínicas.
- Decreto-lei 523/85, de 31 de Dezembro - fixa condições de atribuição do benefício às vinhas plantadas ou legalizadas.
- Portaria nº 124/86, de 2 de Abril - condições para a exportação do vinho a granel.
- Decreto-lei nº 86/86, de 7 de Maio - autoriza a exportação do Vinho do Porto engarrafado, pelos produtores do Douro, desde que cumpram as regras vigentes.

- Decreto-lei nº 74/95, de 19 de Abril – cria a CIRDD – Comissão inter profissional da Região Demarcada do Douro.
- Decreto-lei nº 75/95, de Abril – altera a lei Orgânica do IVP, adaptando os seus Estatutos, à nova situação resultante da criação da CIRDD.
- Decreto-lei nº 264-a/95, de 12 de Outubro – suspende, temporariamente, as vendas a granel de Vinho do Porto.
- Decreto-lei nº 47/2007, de 27 de Fevereiro – promove a fusão entre a CIRDD e o IVP, criando o IVDP – instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, I.P.

3.3 Inventários no Vinho do Porto em Portugal

A contabilidade na indústria do vinho evoluiu muito nos últimos. O *Premium Wine* (Vinho de mais alta qualidade que normalmente fica nas caves por um período de 5 a 10 anos) foi o ponto de partida para esse desenvolvimento, Blake (1998) refere que a aplicação das normas tradicionais de contabilidade na indústria do vinho tem um efeito negativo no *Premium Wine* comparado com os vinhos de mais baixa qualidade. De modo a promover na indústria de produção de vinho de mais alta qualidade, grandes mudanças contabilísticas e de gestão são necessárias. (Viana, 2004 pp.3)

Em Portugal, não há um tratamento especial para a indústria do Vinho do Porto, contudo existe uma fórmula de custeio específica que é aceitável para os auditores e para os reguladores da indústria. Esta fórmula é uma regra usada pela Autoridade Tributaria, o que faz com que seja aceite como regra na contabilidade das indústrias do Vinho do Porto. Toda a indústria do Vinho do Porto está autorizada a usar esta fórmula. Visto que esta é muita antiga e anterior as normas da contabilidade portuguesa, tem sido aceite pelos auditores e pela regularização do setor.

Posteriormente iremos apresentar os principais problemas que ao longo do tempo têm surgido para a indústria dos vinhos.

3.3.1 Problemas relacionados com o tempo

Rodriguez e Ocejó (2002) referem que quando estamos a lidar com vinhos que estão durante muito tempo nas caves, o custo histórico deve ser o método de mensuração utilizado. É sugerido o uso do coeficiente monetário, custos de substituição ou outras soluções tais como o uso do LIFO (Last In, First Out) ou reavaliações monetárias.

AECA's Management Accounting Principles Commission (AECA, 1999), pensa que o vinho em amadurecimento devia de ser contabilizado no ativo tangível.

A inflação não é, hoje em dia, vista como um problema de contabilidade para a grande maioria das empresas. Embora, seja um problema para as empresas que produzem vinho de determinada qualidade e especificidade, porque, estes vinhos permanecem nas caves por longos períodos de tempo.

Existem várias soluções para o problema da inflação, e os mesmos são sugeridos para os produtos de longa duração nos inventários.

3.3.2 Problemas relacionados com impostos

No processo de produção do vinho *Vintage*, o custo dos barris de madeira tem um elevado peso relativamente ao custo global do vinho. Normalmente em países como Portugal e Espanha, estes custos com os barris é depreciado em sete anos para fins fiscais, mas a sua vida é mais baixa, 2 – 3 anos é o período em que os barris adicionam o sabor ao vinho. Devidas às regras fiscais, as empresas costumam depreciar os seus barris na sua contabilidade e para a gestão no mesmo período, sete anos. O problema das depreciações irrealista não é expresso em vinho de baixa qualidade (Rodriguez and Ocejó, 2002).

O valor residual na maior parte dos casos, depois das depreciações da plantação do vinho é negativo. Isto acontece porque, o valor que as empresas recebem da venda dos vinhos antigos é mais baixo do que o valor pago pela descontaminação do solo e pela vindima. O momento de reconhecer o valor negativo é um problema de contabilidade. (Viana, 2004).

Devido às especificações da contabilidade, os produtores de vinho de qualidade alta são penalizados, contrariamente aos produtores de vinho de baixa qualidade ou adegas de curta duração, sendo que, o produtor de vinho de longa duração é penalizado fiscalmente, devido ao tratamento contabilístico da inflação e ao custo histórico, resultando numa iniquidade da tributação comparando as empresas de vinhos de grande qualidade com as de vinhos de baixa qualidade.

3.3.3 Juros imputados aos inventários

Rodriguez and Ocejó (2002, p.210), defendem o seguinte “ parece óbvio que este juro deve ser capitalizado na produção do vinho até a sua venda”. Isto é assim quando estamos perante vinhos de grande qualidade. A mesma conclusão não se aplica para o vinho de baixa qualidade (períodos mais pequenos nas caves). Estes autores propõem a imputação, tanto para a contabilidade de gestão, como para a contabilidade financeira, porque este tratamento permite a combinação de tempo entre o momento dos juros suportados e o momento da venda.

As empresas de Vinho do Porto têm vindo a exigir um plano setorial para a sua indústria, semelhante ao existente em Espanha, onde há um plano de contas padronizado para a indústria vinícola, (Viana, 2004) refere que as empresas de vinho do porto enfrentam diferentes problemas contabilísticos em comparação com as empresas em geral. Os problemas encontram-se basicamente nos inventários de longa duração.

O quadro contabilístico atual é baseado em inventários atuais, a indústria do Vinho do Porto tem inventários de longa duração, (Viana, 2004).

No estudo de Rui Couto Viana, em que este analisa as práticas contabilísticas da indústria do Vinho do Porto, podemos verificar que seria uma mais-valia para o setor vinícola se houvesse alguma flexibilidade nas regras gerais de contabilidade de como tratar os inventários.

4. Auditoria

A auditoria é um processo de acumulação e avaliação de prova sobre certa matéria para determinar e relatar sobre o grau de correspondência entre essa matéria e os critérios estabelecidos para a mesma (Alves, 2015). Essa matéria pode, de entre outras, revestir a

forma de informação financeira ou não financeira, procedimentos, conduta das operações, resultados das operações, ou o cumprimento das leis, regulamentação e ordens (Alves, 2015).

No que acomete à auditoria, existem inúmeros conceitos, e face a esta situação houve a preocupação de fornecer à auditoria uma definição que tivesse uma aceitação generalizada (Alves, 2015). Neste sentido, são de realçar as ações de harmonização realizadas a nível internacional pela *International Federation of Accountants* (IFAC) e pelo *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA), e, a nível das Instituições Superiores de Controlo, pela *Internacional Organization of Supreme Audit Institutions* (INTOSAI), etc (Alves, 2015).

De acordo com o IFAC (1999), “a auditoria é uma verificação ou exame feito por um auditor dos documentos de prestação de contas com o objetivo de o habilitar a expressar uma opinião sobre os referidos documentos de modo a dar aos mesmos a maior credibilidade”.

O Tribunal de Contas (1999, p. 30) define auditoria como

“Um exame ou verificação de uma dada matéria, tendente a analisar a conformidade da mesma com determinadas regras, normas ou objetivos, conduzido por uma pessoa idónea, tecnicamente preparada, realizado com observância de certos princípios, métodos e técnicas geralmente aceites, com vista a possibilitar ao auditor a formar uma opinião e emitir um parecer sobre a matéria analisada”.

As auditorias podem ser classificadas como internas e externas. Assim, considera-se que as responsabilidades básicas do auditor externo estão definidas por lei, enquanto, que as funções de auditoria interna variam conforme as entidades, pelo que o papel do auditor interno pode ser mais difícil de definir do que o do externo (Alves, 2015; Marques, 1997).

Não obstante, o desenvolvimento do trabalho de ambos é complementar, ou seja, ambas analisam e avaliam as atividades que são exercidas por outros, e na apreciação do seu trabalho devem fazê-lo com o maior rigor, objetividade e isenção (Marques, 1997).

A auditoria interna e a auditoria externa têm aspetos comuns quanto ao trabalho a executar: ambas se baseiam no controlo interno como ponto de partida para realizar o seu trabalho de avaliação; utilizam as mesmas técnicas; visam avaliar o risco e a materialidade, bem como sugerir correções para deficiências encontradas; e ainda, a extensão do trabalho a executar depende da eficácia dos sistemas contabilísticos e controlo interno existente (Marques, 1997; Moraes & Martins, 2007).

No que respeita à auditoria interna, dada a natural evolução do seu paradigma, esta define-se como uma atividade independente, de avaliação objetiva e de consultoria, destinada a acrescentar valor e a melhorar as operações de uma organização, de acordo com o *Institute of Internal Auditors* (IIA, 2004). Ainda de acordo com esta definição, a auditoria interna apoia a organização na consecução dos seus objetivos, através de uma abordagem sistemática e disciplinada, na avaliação da eficácia dos processos da gestão de risco, do controlo e governação (Alves, 2015). A atual definição de auditoria alinha o trabalho dos auditores com os fatores críticos de sucesso das organizações e os seus processos essenciais.

Desta forma, a evolução do conceito de auditoria interna deve ser acompanhada com a evolução do perfil do auditor (IIA, 2004), não descurando o princípio da imparcialidade e fidelidade na análise da prestação de contas. A auditoria interna pode ser definida como uma atividade independente, visando acrescentar valor e melhorar as operações de uma organização. Acompanha os procedimentos da organização na obtenção dos seus objetivos, através de uma abordagem sistemática e disciplinada, para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gestão de risco e controlo (Pradas & Salvador, 1995).

A auditoria interna tem como missão supervisionar o funcionamento, eficácia e eficiência do sistema de controlo interno, bem como a fiabilidade e a qualidade da informação contabilística (Pradas & Salvador, 1995). O auditor verifica se os riscos inerentes à atividade da organização estão adequadamente cobertos, se estão a ser cumpridas as políticas ditadas pela administração, bem como se estão a ser seguidos os procedimentos e normativas aplicáveis tanto a nível interno como externo (Santander, 2008).

Tendo em conta as necessidades e atividades desta profissão, de acordo com Miñon e Dominguez (2003), a anterior função de auditoria interna era incompleta e obsoleta pois, apesar de ambas abrangerem a essência do alcance e objetivos pretendidos numa organização, a função atual e de futuro incorpora conceitos mais recentes, uma vez que a auditoria interna, além do desempenho da função de controlo, passou também a ter um papel consultivo (Miñon & Dominguez, 2003).

Deste modo, a auditoria interna deverá estabelecer planos fundamentados no risco, para determinar prioridades de atividades, consistentes com os objetivos das entidades (Miñon & Dominguez, 2003).

4.1. Controlo Interno

Em 1992, o *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) elaborou um estudo extensivo sobre o controlo interno. O COSO definiu o controlo interno como “um processo, efectuado por pessoas da direcção, da gestão e outro pessoal, designado para fornecer uma razoável certeza acerca do cumprimento dos objectivos” em três categorias:

- Eficiência e eficácia (rendimento) das operações;
- Confiança nas demonstrações financeiras;
- Conformidade com as leis e regulamentos.

É ainda importante referir A ISA 315, que vem estabelecer normas relativamente à obtenção de compreensão sobre a entidade e o seu ambiente, nomeadamente “o seu controlo interno e avaliar os riscos de distorção material numa auditoria de demonstração financeira”, compreende quanto ao controlo interno, os seguintes cinco componentes:

- O ambiente de controlo inclui as atitudes, conhecimento, e ações da gerência e dos encarregados da governação respeitantes ao controlo interno da entidade e a sua importância na entidade. O ambiente de controlo também inclui as funções de governação e de gerência e estabelece o tom de uma organização, ao influenciar a consciência de controlo das suas pessoas. É o fundamento para

controlo interno eficaz, proporcionando disciplina e estrutura.” (Apêndice 2 – ISA 315)

- Engloba os seguintes elementos:
 - Comunicação e reforço de integridade e valores éticos;
 - Compromisso de competência;
 - Participação pelos encarregados da governação;
 - Filosofia da gerência e estilo operacional;
 - Estrutura organizacional;
 - Atribuição de autoridade e responsabilidade;
 - Políticas de recursos humanos e práticas.

Barbier (1992, p13 e 14) afirma que “a empresa possui um controlo interno quando, na sua globalidade, está dotada de uma organização própria de antecipação dos riscos a fim de minimizar as consequências e otimizar a sua performance”.

Podemos considerar que o controlo interno tem grande utilidade para realizar avaliações do processo de gestão. Nos conceitos apresentados, é notável a presença de aspetos diretivos e económico-financeiros. Logo, existe, pelas citações, um forte vínculo entre controlo interno e administração.

4.2. Auditoria aos Inventários

A natureza dos serviços de auditoria varia em função da análise dos procedimentos de gestão operacional ou fiscal e visam identificar anomalias e sugerir os critérios e as correções mais adequadas a cada universo patrimonial (Alves, 2015).

A auditoria aos inventários pretende:

- 1) Que os métodos de avaliação estejam de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, aplicados de forma consistente;

- 2) Que os registos dos inventários sejam ajustados aos resultados das contagens físicas, depois de investigados e que esclareçam devidamente as diferenças da importância;
- 3) Validar a integridade e a fiabilidade dos dados dos bens do inventário;
- 4) Atualizar localizações físicas;
- 5) Verificar a identificação de bens com etiquetas de inventário;
- 6) Verificar e/ou colmatar dados de cadastro, especificamente estados de conservação, números de série, entre outros;
- 7) Verificar e/ou incorporar o cadastro de bens adquiridos e não inventariados.

Uma das principais limitações para o auditor na auditoria aos inventários e na verificação de possíveis erros que os possam afetar, advém da maioria dos auditores terem como clientes empresas com diferentes atividades, tornando-se humanamente impossível o auditor ser perito em todas as atividades empresariais (Reis, 2008).

Outra grande limitação advém do facto das empresas não poderem parar totalmente a sua produção para a realização das contagens, principalmente nas entidades de grande dimensão, pois demorariam dezenas de dias a finalizar o trabalho, optando na maioria das vezes por cessar parcialmente a atividade diária ou realizar horas extraordinárias (Reis, 2008).

Nestas situações, os auditores poderão controlar as contagens por amostragem (fazer uma análise ABC para sinalizar as classes de produtos de maior valor que requerem maior controlo) ou ciclicamente (efetuar contagens duas a três vezes por ano) (Guimarães, 2009; Reis, 2008). Ademais, é possível que possam surgir erros aritméticos, ou erros de transcrição dos valores das faturas, apesar da informatização dos programas de *stocks* ter vindo a minimizar estas ocorrências (Reis, 2008). Assim, o auditor deve tentar inteirar-se o mais possível dos inventários, e não apenas observar as contagens efetuadas pelas equipas de colaboradores, assegurando-se também, por exemplo, da separação das mercadorias obsoletas ou deterioradas, relatando todas estas questões no papel de trabalho no final do inventário (Guimarães, 2009; Reis, 2008).

CAPÍTULO II - Metodologías

5. Métodos de investigação

O objetivo da investigação consiste em verificar a importância da auditoria interna, como forma de acrescentar valor e melhorar o trabalho da contabilidade. Ao longo dos tempos, vários foram os autores que destacaram a importância da auditoria interna na credibilidade das demonstrações financeiras. E, neste capítulo irão ser apresentados os métodos a utilizar para responder às questões de investigação formuladas, isto é, o tipo de investigação, a definição das variáveis, o meio onde se desenrola a investigação e a população desse mesmo estudo.

Segundo Fortin (1999, p.102) esta é uma fase de indiscutível importância, pois é ela que “assegura a fiabilidade e a qualidade dos resultados da investigação”.

Para Teixeira (2006, p.72),

“É através da metodologia que se estuda, descreve e explica os métodos que se vão aplicar ao longo do trabalho, procurando garantir a exatidão e legitimidade dos resultados de forma a sistematizar os procedimentos adotados durante as várias etapas. A metodologia tem como objetivo analisar as características dos vários métodos disponíveis, observando as suas vantagens e desvantagens”.

Cervo e Bervian (2002) afirmam que há dois métodos científicos a serem considerados: o experimental e o racional. O método experimental aplica-se principalmente aos factos ou fenómenos que são suscetíveis de comprovação experimental. No método racional, o ponto de partida é a observação da realidade, ou a aceitação de certas afirmações ou princípios.

Para Richardson (2007) existem dois grandes métodos: o quantitativo e o qualitativo. A abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados procurando o seu significado, tendo como base a perceção do fenómeno dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenómeno como também as suas essências, procurando explicar a sua origem, as relações e antecipar as consequências.

A pesquisa qualitativa, segundo Bogdan & Biklen (2003), supõe o contacto direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está a ser investigada. Os dados recolhidos são predominantemente descritivos. O material obtido nestas

pesquisas é rico em descrições de pessoas, situações, acontecimentos, documentos, entre outros.

A pesquisa quantitativa é caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto na pesquisa das informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas. Para Mattar (2001), a pesquisa quantitativa procura a validação das hipóteses mediante a utilização de dados estruturados, estatísticos, com análise de um grande número de casos representativos. Ela quantifica os dados e generaliza os resultados da amostra para os interessados.

Segundo Malhotra (2001, p.155), “a pesquisa qualitativa proporciona uma melhor visão e compreensão do contexto do problema, enquanto a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados e aplica alguma forma da análise estatística”.

Flick (2004) refere que combinar a análise quantitativa e qualitativa proporciona um maior nível de credibilidade e validade aos resultados da pesquisa. A pesquisa qualitativa pode ser usada para explicar os resultados obtidos pela pesquisa quantitativa.

Lakatos & Marconi (2001) consideram que existem, basicamente, três tipos de pesquisa cujos objetivos são diferentes: pesquisa exploratória, descritiva e experimental. Gil (1999) considera que a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Segundo o autor, estes tipos de pesquisas são os que apresentam menor rigidez no planejamento, pois são planeadas com o objetivo de proporcionar uma visão geral acerca de determinado facto.

Segundo Gil (1999), as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenómeno. Para Trivinos (1987), o estudo descritivo pretende descrever com exatidão os factos e fenómenos de determinada realidade, de tal modo que o estudo descritivo é utilizado quando a intenção do pesquisador é conhecer determinada comunidade, as suas características, os valores e os problemas da sua cultura.

A pesquisa explicativa tem como objetivo básico a identificação dos fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de um fenómeno. É o tipo de pesquisa

que mais aprofunda o conhecimento da realidade, pois tenta explicar a razão e as relações de causa e efeito dos fenómenos (Gil, 1999). Normalmente, é mais realizada em laboratório do que em campo.

5.2. Procedimentos de recolha de dados

A definição dos procedimentos inerentes à recolha de dados está subordinada ao tipo de informação necessária ao esclarecimento do problema da investigação.

5.2.1. Análise documental

A utilização de informação disponível, qualquer que seja o seu carácter, formato ou suporte é imprescindível quando se trabalha na área da investigação. A revisão da literatura é um bom exemplo da análise documental.

De acordo com Moreira (2002), a recolha de dados a partir da análise documental apresenta como principais vantagens a grande utilidade nas investigações primárias, a revisão bibliográfica ajuda à formulação do problema, à definição de hipóteses e da população de estudo e à seleção da metodologia a usar. A ausência do investigador não provoca preocupações com as reações que este possa provocar nas pessoas quando sabem que estão a ser investigadas e, desde que devidamente armazenados ou arquivados, os documentos permanecem no tempo.

No que respeita aos inconvenientes da análise documental, podemos salientar a seletividade na produção e na conservação ou arquivo do material documental, na própria natureza secundária do material documental, na interpretação múltipla e mutável do material documental, que depende do contexto e do tempo.

No entanto, procuramos ter sempre presente que a quantidade e a diversidade de informação recolhida necessitam de tempo e capacidade para ser transformada em dados pertinentes e capazes de sugerirem reflexões que ajudem a responder às questões formuladas no estudo. A possibilidade de enviesamento na informação recolhida, provocada pelas interferências que as características individuais do sujeito e a sua

reação à situação podem ocasionar, é passível de proporcionar certas limitações a este tipo de estudo.

5.3. Procedimentos de análise e tratamento dos dados

Na investigação quantitativa, os investigadores recorrem maioritariamente a técnicas padronizadas de análise estatística. Ao invés, no campo da investigação qualitativa, os procedimentos e técnicas de análise adotados fundamentam-se frequentemente na abordagem pessoal interpretativa e criativa dos investigadores. Após estes primeiros procedimentos, segue-se a organização e apresentação dos dados - o tratamento dos dados, ou seja, a estruturação de um conjunto de informações a partir da qual se podem extrair conclusões e tomar decisões.

No âmbito da investigação quantitativa, a etapa de interpretação e verificação traduz-se no estudo dos níveis de significância e na análise das diferenças encontradas no sentido de confirmar ou refutar hipóteses. No campo da investigação qualitativa, a interpretação e validação dos dados fundamenta-se na atribuição de significado à informação recolhida, através do estabelecimento de relações e de configurações expressas em proposições ou modelos.

5.3.1. Análise de Conteúdo

Para Bardin (2011), o termo análise de conteúdo designa

“Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 2011, p.47).

A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda a classe de documentos e textos. Esta análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as

mensagens e a atingir uma compreensão dos seus significados num nível que vai além de uma leitura comum.

É um método que pode ser aplicado tanto na pesquisa quantitativa como na investigação qualitativa, mas com aplicações diferentes, sendo que na primeira, o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo, enquanto na segunda é a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é levado em consideração (Bardin, 1994).

Bardin (2011) indica que a utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados através da inferência e da interpretação.

A primeira fase, a pré-análise, pode ser identificada como uma fase de organização. Nela estabelece-se um esquema de trabalho preciso, com procedimentos bem definidos. Normalmente, segundo Bardin envolve o primeiro contacto com os documentos que serão submetidos à análise, a escolha deles, a formulação das hipóteses e objetivos, a elaboração dos indicadores que orientarão a interpretação e a preparação formal do material. Inicia-se o trabalho escolhendo os documentos que serão analisados, os quais devem obedecer às seguintes regras: deve-se esgotar a totalidade da comunicação, não deixar fora da pesquisa qualquer elemento, no caso de um número muito elevado de dados, efetuamos uma amostra representativa do universo inicial, os dados devem ser homogêneos, referir-se ao mesmo tema e obedecer a critérios precisos de escolha e, os documentos precisam adaptar-se ao conteúdo e objetivo da pesquisa.

Concluída a primeira fase, parte-se para a exploração do material, que consiste na construção das operações de codificação, considerando os recortes dos textos em unidades de registos, a definição de regras de contagem e a classificação e agregação das informações em categorias simbólicas ou temáticas. Bardin (1977) define codificação como a transformação, por meio de recorte, agregação e enumeração, com base em regras precisas sobre as informações textuais, representativas das características do conteúdo.

A terceira fase compreende o tratamento dos resultados que consiste na compreensão dos conteúdos presentes em todo o material (entrevistas, documentos e observação), mas também na procura de outro significado ou outra mensagem contida nesses documentos.

A análise comparativa é realizada através das diversas categorias existentes em cada análise, ressaltando os aspetos considerados semelhantes e os que foram concebidos como diferentes.

5.3.3. Triangulação de dados

Os instrumentos utilizados para o presente estudo servem para a recolha e análise de toda a informação. “Esta fase de trabalho de observação consiste na construção do instrumento capaz de recolher ou produzir a informação prescrita pelos indicadores” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p.163).

Yin (2001) recomenda o uso de múltiplas fontes de evidências para tornar as conclusões do estudo de caso mais credíveis do que se utilizada apenas uma única fonte de informação. Para confirmação do facto investigado sugere-se o desenvolvimento da convergência de linhas de investigação, isto é, convergência num resultado por meio de triangulação de fontes de evidências.

Segundo Creswell (2003), a técnica de triangulação pode ser usada para validar os dados por meio da comparação entre fontes de dados distintas, examinando-se a evidência dos dados e usando-os para construir uma justificativa para os temas.

Também para Guba e Lincoln (1989) a triangulação deve ser sempre precedida de uma recolha de dados em perspetivas adversas, utilizando diversos métodos e fontes, para que as preferências dos investigadores sejam comprovadas.

5.4. Definição das Variáveis

Neste estudo em concreto, foi aplicado um estudo transversal de natureza exploratório-descritivo, como instrumento de recolha de dados. Fortin (1999) evidencia que neste tipo de estudo o investigador tenta explorar e determinar a existência de relações entre as variáveis, com a finalidade de descrever essas relações. Como vantagem deste tipo de estudo tendo presente Fortin (1999), pode referir-se à eventualidade, de no decorrer de um mesmo processo, serem consideradas simultaneamente diversas variáveis com o propósito de explorar as suas relações mútuas. Num estudo deste tipo o investigador deverá ter em vista métodos de recolha de dados estruturados, como é o caso de questionários, observações e entrevistas estruturadas (Fortin, 1999). Neste estudo, para a recolha de dados utilizamos uma fonte secundária de dados, concretamente, recorremos à base de dados Sistema de Análise de Balanços Ibéricos (SABI) fornecida pelo Bureau Van Dijk, a partir da qual obtivemos toda a informação necessária, tendo em conta os objetivos de investigação (a seguir apresentados) para posterior tratamento e análise.

As variáveis dependentes são aquelas que são influenciadas ou explicadas pelas variáveis independentes o que perfaz o resultado dos atos realizados pelo investigador.

Para Fortin (2000, p.37), a variável dependente

“é aquela que o pesquisador tem interesse em compreender, explicar ou prever”. A variável dependente “é a que sofre o efeito esperado da variável independente: é o comportamento, a resposta ou o resultado observado que é devido à presença variável independente”.

Tendo como referência o que referiu Fortin, a variável dependente deste estudo são os inventários.

A variável independente é aquela que o investigador labor, com o fim de estudar o seu efeito sobre a outra, variável dependente. Polit & Hungler (1995, p.373) definem variável independente como “aquela que é manipulada”.

Neste trabalho foram consideradas as seguintes variáveis dependentes, variação dos inventários, e os inventários. E como independentes, volume de negócios, endividamento, solvabilidade, ano de constituição das empresas e o ativo.

5.5. População e Amostra

A amostra deste trabalho foi selecionada de forma propositada. Segundo Vilela (2009), neste tipo de amostra, as unidades de análise não são escolhidas de forma facultativa, descrevendo algumas características que o investigador considere relevantes.

No presente estudo, a amostra foi selecionada a partir do conjunto de empresas presentes na base de dados SABI (Sistema de Análise de Balanços Ibéricos), onde dispõe de toda informação contabilística e operacional de empresas Portuguesas e Espanholas, em particular, as demonstrações financeiras, tal como nos estudos elaborados por Vieira (2013). A escolha desta fonte de dados deveu-se à disponibilidade e pela facilidade de obtenção de dados necessários à elaboração dessa dissertação.

Numa primeira etapa extraiu-se o conjunto de empresas ativas, com forma jurídica Portuguesa de Sociedade por quotas e Sociedades anónimas, que tivessem sido constituídas entre 01/01/1987 até e incluindo 31/12/2014, demos importância ao CAE 11021 – Produção de vinhos comuns e licorosos, visto tratar se de um estudo virado para um especial ramo de atividade, usamos também os indicadores de independência BvD (Grau de independência Bureau Van Dijk) que distingue as empresas pelas percentagens que os sócios detém, deste modo tendo uma melhor perceção da quantidade de *stakeholders*. Este grau encontra-se dividido do seguinte modo:

- A - Nenhum acionista com mais de 25% de participação direta ou total (= “Empresas independentes”)
- B – Nenhum acionista registado com mais de 50% de participação direta, indireta ou total, ou um ou mais acionista (s) registado (s) com mais de 25% de participação direta ou total;
- C – Nenhum acionista registado com mais de 50% de participação direta, ou um acionista registado com mais de 50% de participação direta (= detém maioria indiretamente);
- D – Um acionista registado com mais de 50% de participação direta (= detém maioria diretamente).

Após identificados os indicadores e dados a selecionar, o SABI atribuiu acesso a 218 empresas depois de ter começado com 312.434 empresas, posteriormente, extraiu-se a informação para os anos de 2004 a 2014 (não incluído o ano de 2015, dado que à data da pesquisa, julho de 2017, ainda não havia dados disponíveis), os resultados operacionais, resultados correntes, resultado líquido do exercício, total do ativo, capital próprio, rentabilidade económica, rentabilidade financeira, liquidez geral, endividamento, número de empregados, EBITDA e a variação nos inventários da produção.

Estes dados foram os apurados de modo a poder analisar a evolução dos inventários ao longo dos anos selecionados, e tentar perceber como é que as empresas de Vinho do Porto evoluíram nos indicadores selecionados.

Tendo por base a revisão de literatura efetuada, delineamos as questões desta investigação, presentes na seguinte tabela:

Questões da investigação	Autor
Q1.H1. Existe uma relação direta entre a variação nos inventários e o impacto negativo nos resultados operacionais das empresas?	Costa (2007)
Q.2. H.1. Verifica-se que antiguidade da empresa e consequentemente a antiguidade dos inventários tem um peso significativo no valor dos seus ativos?	Marques (2010)
Q1.H2. A existência de um elevado endividamento nas empresas deste setor reside na acumulação dos seus inventários?	Reis (2008)
Q2.H2. Qual a relação existente entre a maturidade e o endividamento da empresa?	Viana (2004)

CAPÍTULO III – Estudo Empírico

1. Objeto do Estudo

“Na aceção científica, problema é qualquer questão não resolvida e que é objeto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento”. (Gil, 2008, p.33).

No processo de investigação, a primeira tarefa é a escolha do problema a ser investigado. De acordo com Gil (2008), o problema pode ser colocado de forma interrogativa ou declarativa, sendo que a primeira apresenta a vantagem de ser simples, direta e de impulsionar o pesquisador a recolher dados que possibilitem a resposta, enquanto na segunda o pesquisador adota uma postura que indica, de certa forma, os procedimentos a serem adotados para a pesquisa dos dados necessários.

O objeto deste trabalho de investigação é o de analisar os inventários das empresas do vinho do porto no desempenho económico e financeiro.

Com este estudo pretendemos analisar o comportamento e evolução dos inventários nos Vinhos do Porto, a variação nos inventários de produção e de que forma é afetado o desempenho das empresas vinícolas por este facto, identificando ainda o seu posicionamento de modo a relacionar as empresas.

A ferramenta utilizada para a recolha dos dados é a base de dados designada por SABI, uma ferramenta de pesquisa e tratamento avançado de dados, que permite extrair a informação geral e as contas anuais das empresas selecionadas e personalizar as apresentações de resultados, de forma a recolher o maior número possível de dados (de centenas de empresas e para vários períodos) para obter um nível elevado de informação confiável.

Os objetivos delineados para este estudo encontram-se elencados a seguir:

- Analisar a variação dos inventários de produção no período entre 2004 e 2014 do mesmo setor;
- Analisar o impacto da variação dos inventários nos dados económicos financeiros;
- Estudar as variações dos dados económico financeiros das empresas do setor de produção do Vinho do Porto em Portugal.

1.1. Formulação das Hipóteses de Estudo

H1. Variação do inventário versus impacto nas Demonstrações Financeiras das empresas.

Q1.H1. Existe uma relação direta entre a variação nos inventários e o impacto negativo nos resultados operacionais das empresas?

Q2. H.1. Verifica-se que antiguidade da empresa e consequentemente a antiguidade dos inventários tem um peso significativo no valor dos seus ativos?

H2. O ativo com maior peso encontra-se relacionado com a antiguidade das empresas.

Q1.H2. A existência de um elevado endividamento nas empresas deste setor reside na acumulação dos seus inventários?

Q2.H2. Qual a relação existente entre a maturidade e o endividamento da empresa?

3. Estudo Empírico – análise

3.1. Apresentação dos dados

Iremos, nesta parte do nosso estudo, iniciar a apresentação dos dados recolhidos na base “SABI” ordenando-os por temas.

De modo a avaliar o perfil económico-financeiro de uma determinada empresa ou entidade, é necessário recorrer a técnicas de análise apropriadas. Embora existam várias técnicas, a mais usual, recorre à análise de indicadores ou rácios. Um indicador ou rácio é um quociente entre duas grandezas correlacionadas e obtidas nas demonstrações financeiras – balanço e demonstração de resultados.

A análise através de rácios estabelece diferentes relações entre várias rubricas das demonstrações financeiras. A informação obtida é uma informação mais expressiva do que as rubricas em valor absoluto. O que permite, com mais facilidade, estabelecer comparações, procurar forças e fraquezas nas empresas.

Dito de outro modo, este é um instrumento de apoio que consegue sumariar, uma relativa quantidade de informação e ajuda na comparação do desempenho económico-financeiro das empresas, ao longo do tempo (Neves, 1996, p.72).

Os indicadores são, assim, úteis na condensação da informação financeira e instrumentos valiosos para analistas financeiros, sejam eles internos (empresários ou proprietários) ou externos (credores, investidores) à empresa (Vieira, 2001), na medida em que apoiam na formação de juízos e na determinação de soluções.

No entanto, existem algumas limitações na utilização deste método. Dado que, não existe um padrão de rácios económico-financeiros, é essencial saber quais os rácios mais adequados para o estudo em questão (Neves, 1996), para além de não ser tarefa fácil a definição dos limites de classificação de um valor do rácio como “bom” ou “mau”.

Pelo elevado volume de informação financeira disponível, será possível realizar uma lista alargada de rácios a serem objeto de análise.

Há que salientar que foram omissos indicadores do estudo, nomeadamente as receitas totais por empregado, o custo médio por empregado e o peso dos gastos com pessoal no volume de negócios uma vez que apresentavam uma fraca representatividade na homogeneidade dos valores existentes nas empresas objeto da nossa amostra

3.1.1. Ativo

Na definição de ativo é normalmente incluído qualquer bem ou direito na posse de um determinado sujeito económico e que, nesse contexto, constitui parte do património desse mesmo sujeito. Mais especificamente e ao nível da contabilidade das empresas, o ativo apresenta-se como uma das partes do balanço.

3.1.2. Capital Próprio

O capital próprio expressa o valor contabilístico da empresa, quando os investidores pensam em comprar empresas, analisam o valor do seu capital próprio, assim, é considerado capital próprio aquele que resulta do financiamento assegurado pelos seus proprietários e que, por norma, não tem associada qualquer contrapartida de remuneração.

3.1.3. Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido da empresa é geralmente visto como aquilo que a empresa produz anualmente que seria destinado a remunerar os seus acionistas, contudo, pode existir uma diferença significativa entre o resultado líquido e o dinheiro que a empresa liberta para os seus acionistas.

3.1.4. Rendibilidade Financeira

Designado também como ROE (*Return On Equity*), este indicador possibilita medir a rendibilidade dos capitais investidos. Através do seu resultado, além de ser possível comparar taxas de rendibilidade do mercado de capitais com a rendibilidade do capital próprio, tendo em consideração o custo do financiamento, é ainda viável analisar a capacidade de autofinanciamento da entidade em questão. Nabais e Nabais (2004) referem que este indicador é usualmente analisados por investidores e bancos que reconhecerão a maior atratividade da empresa quanto maior for o valor deste rácio.

3.1.5. Endividamento

Na temática do estudo da decisão de financiamento e, em especial, da estrutura de capitais das empresas, o endividamento total é uma medida utilizada como representação da estrutura financeira, tal como se encontra presente nos estudos realizados por Schnorrenberger (2008), Angonese et al (2010), Vieira (2013) e Hall (2013). De acordo com (Nabais e Nabais, 2011), este rácio ilustra a forma pela qual os recursos de terceiros são utilizados pela empresa e sua participação relativamente em relação ao capital próprio.

3.1.6. Rácio de Solvabilidade

O Rácio de solvabilidade “expressa a capacidade que a empresa tem em satisfazer os seus compromissos à medida que estes vencem” (Roda, 2011, p.35), ou seja, expressa a posição de independência da empresa face aos credores.

3.1.7. Rácios de Liquidez

A liquidez geral expressa a capacidade de pagar o seu passivo de curto prazo com o seu ativo de curto prazo.

3.1.8. *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization (EBITDA)*

O EBITDA, *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (resultado antes de juros, impostos, amortizações e depreciações) é um indicador financeiro na análise financeira de uma empresa ou organização através da demonstração de resultados.

4. Análise dos dados

Apresentamos de seguida a tendência e comportamento dos indicadores económicos e financeiros das empresas no ramo de atividade do Vinho do Porto.

Podemos verificar, dos dados constantes da tabela seguinte, que 76 empresas com um volume de negócios inferior a 5 mil Euros, tem menos de 25 funcionários, e que apenas 5 empresas têm entre 25 e 50 funcionários que são empresas com um volume de negócios superior a 10 mil Euros.

Volume de Negócios	Nº de funcionários			Total	%
	Menos de 25	Entre 25 e 50	Mais de 50		
Inferior a 5 mil Euros	76	1	0	77	63%
Entre 5 mil e 10 mil Euros	11	2	0	13	11%
Superior a 10 mil Euros	27	5	0	32	26%
Total	114	8	0	122	100%
%	93%	7%	0%		

Tabela 2 - Volume de Negócios/Número de Funcionários

Fonte: Elaboração Própria, 2016

Data de Constituição	Numero de empresas
< 5 anos	19
> 5 anos	103

Tabela 3 - Antiguidade da Amostra

Fonte: Elaboração Própria, 2016

Na tabela acima apresentamos a antiguidade da amostra na qual as 122 empresas, 19 empresas têm menos de 5 anos de constituição e 103 empresas mais de 5 anos.

De seguida iremos comparar os resultados económico-financeiros das empresas constituintes da nossa amostra.

Indicadores	< 5 anos	> 5 anos
Volume de Negócios	7 318,93	3 595,49
Resultado Líquido do Exercício	-1 641,70	-9 711,64
Total do Ativo	2 572 714,50	1 112 882,68
Capital Próprio	903 556,51	276 373,26
Rendibilidade Económica	0,33%	1,16%
Rendibilidade financeira	-34,82%	0,99%
Liquidez Geral	3,86%	6,65%
Endividamento	66,75%	78,15%
Número de Empregados	7	3
Rácio de Solvabilidade	33,25%	21,85
EBITDA	12 724,38	3 218,99
Inventários	589 561,88	280 692,58

Tabela 4 - Comparação dos dados Económico-Financeiros (Valores Médios)

Fonte: Elaboração Própria, 2016

Verificamos que as empresas com antiguidade inferior a 5 anos apresentam uma imagem financeira mais favorável do que as empresas com antiguidade superior a 5 anos. O volume de Negócios é significativamente mais elevado. O resultado líquido na nossa amostra, em ambos os períodos, é negativo, sendo que nas empresas com mais de 5 anos o resultado líquido é negativo em cerca de seis vezes mais do que nas demais.

O total do ativo do capital próprio e do EBITDA nas empresas do primeiro grupo (menos de 5 anos) apresenta valores médios mais elevados.

Os inventários apresentam valores mais elevados nas empresas com menos de 5 anos, o que poderá ser normal para este setor de atividade, devido ao facto de ainda não possuírem vinhos com boa qualidade (maior número de anos) para comercializar, dado

que, o vinho necessita de ter maturidade, em média, cinco anos, para adquirir as características principais do Vinho do Porto.

A rentabilidade económica permite analisar o desempenho dos capitais totais investidos na empresa. Os rácios nas empresas do primeiro grupo são mais baixos indicando o que seria de esperar devido às empresas do primeiro grupo terem sido constituídas a menos de 5 anos.

Quanto à rentabilidade financeira, no primeiro grupo de empresas é negativa em 34.82% sendo que as empresas do primeiro grupo como são mais novas, pelo que, ainda não terão tido uma boa rentabilidade dos capitais investidos, sendo que, em ambas, o resultado líquido, era negativo.

O próximo indicador analisar é a liquidez geral. As empresas com mais de 5 anos apresentam um valor superior.

Relativamente ao endividamento, as empresas com menos de 5 anos apresentam um grau de endividamento inferior quando em comparação com as que têm mais de 5 anos de vida.

Um indicador que surpreende é o número de empregados, por apresentar uma média de sete trabalhadores em empresas com menos de 5 anos, pois como seria de esperar as empresas com mais antiguidade deveriam precisar de mais funcionários.

Sendo o rácio de solvabilidade um rácio financeiro que indica a proporção relativa dos ativos da empresa financiados por capitais próprios versus capitais alheios, quanto mais elevado este rácio, que é o caso das empresas com menos anos, logo, maior a estabilidade financeira da empresa.

No gráfico seguinte analisamos a dispersão de empresas por grau de independência BvD.

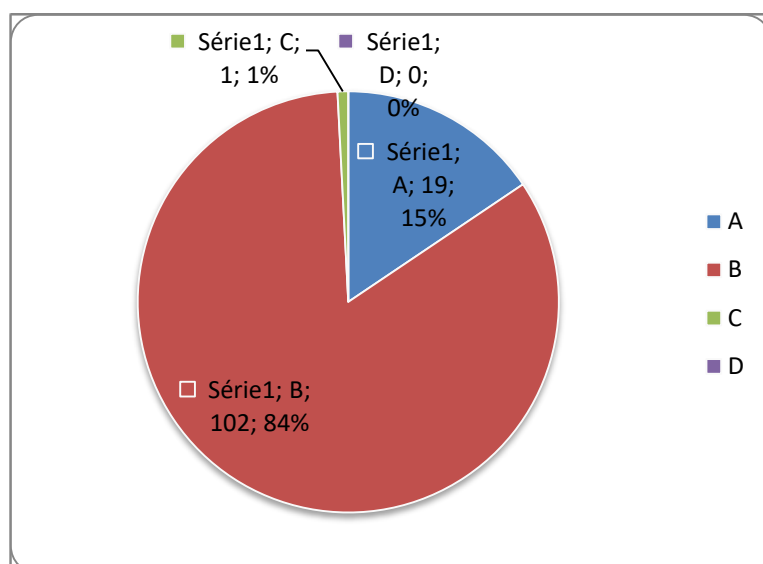


Gráfico 1 - Dispersão de empresas por grau de independência BvD

Fonte: Elaboração Própria, 2016.

Podemos observar que existe um grande número de empresas com um grau de independência B, ou seja as empresas com nenhum acionista registrado com mais de 50% de participação direta, indireta ou total, ou um ou mais acionista registrado com mais de 25% de participação direta ou total. Por outro lado, as empresas com grau C, ou seja, situação em que nenhum acionista está registrado com mais de 50% de participação direta, ou um acionista registrado com mais de 50% de participação direta (maioria indiretamente) apresentam-se apenas com uma empresa da amostra de 122. Uma vez que as empresas de grau A e D são os extremos de diferentes composições de acionistas, representando respetivamente as empresas independentes e as empresas dependentes, apenas as de grau A se encontram num meio-termo, enquanto o de grau D não existe na amostra qualquer empresa.

De seguida iremos comparar os dados económico-financeiros das empresas da amostra com a quantidade de inventários nas mesmas, em valores médios, para tal subdividimos a amostra em três categorias, uma primeira para as empresas que apresentam existências inferiores a 50.000, outra segunda entre 50.000 e 100.000 e finalmente uma terceira para inventários superiores a 100.000. O seguinte quadro ilustra os resultados obtidos:

Inventários	Número empresas	Média Ativos	Média Resultados	Média V.N.	EBITDA
< 50.000	20	561 863,18	-23 989,73	586,68	13 880,06
50.000 a 100.000	13	327 283,91	1 205,86	1 190,07	1 514,13
>100.000	89	2 833 869,83	3 599,28	9 061,29	15 500,78

Tabela 5 - Dados económicos financeiros vs quantidade de inventários

Fonte: Elaboração Própria, 2016

Da tabela anterior extraímos o gráfico a seguir apresentado onde se verifica que as empresas estão divididas tendo em conta os inventários.

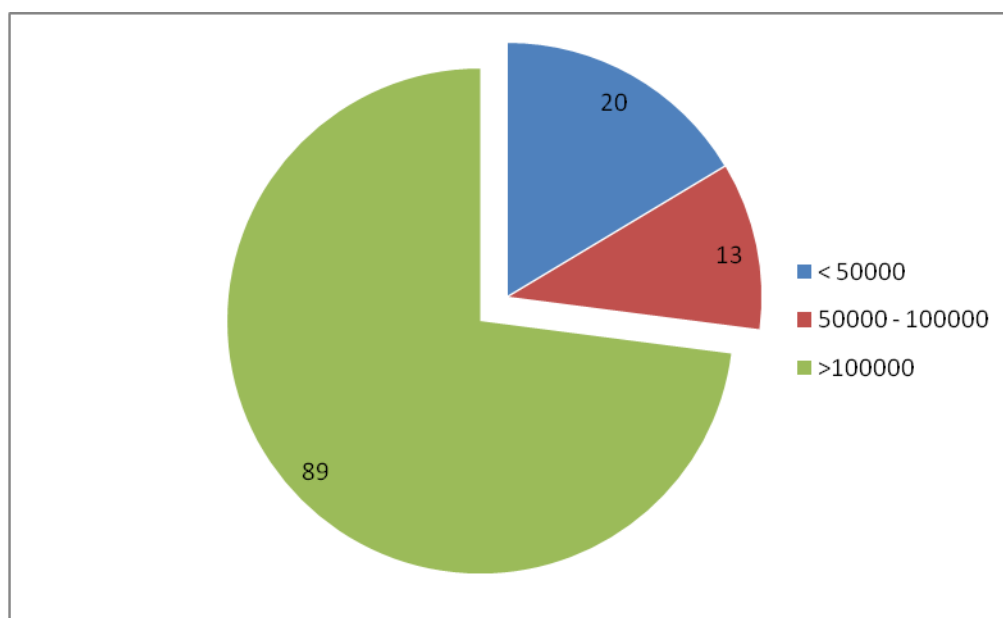


Gráfico 2 - Número de Empresas versus Valor de Inventários

Fonte: Elaboração Própria, 2016

Podemos verificar que 89 empresas, apresentam inventários superiores a 100.000 euros, sendo que entre 50.000 e 100.000 apenas com 13 empresas e, por último, 20 empresas com menos de 50.000 euros de inventários.

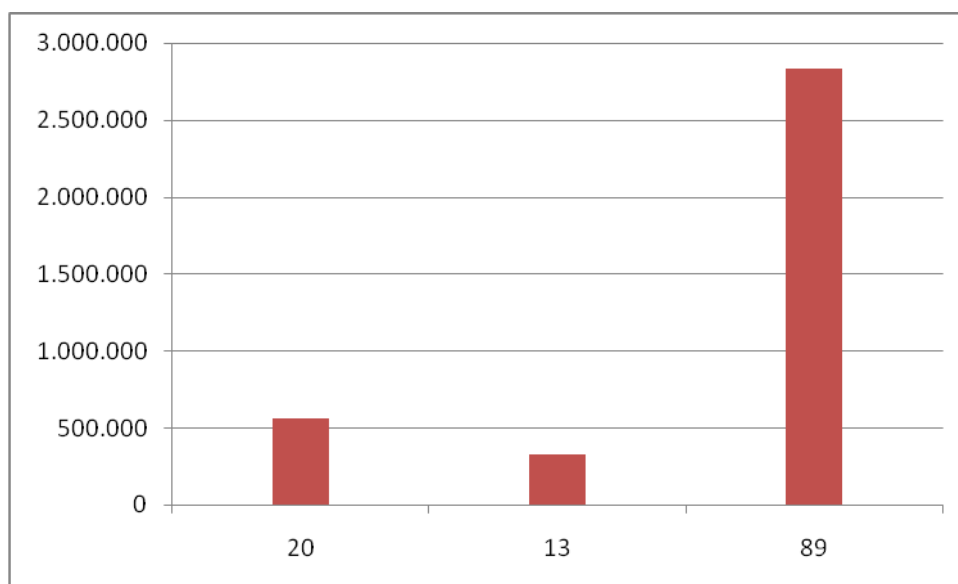


Gráfico 3 - Média de ativos nas empresas da amostra

Fonte: Elaboração Própria, 2016

No gráfico acima pode verificar-se que cerca de 89 empresas apresentam um volume médio de ativos de quase 3 milhões. É de referir que a diferença de empresas por subdivisão irá alterar os resultados obtidos, sendo que neste caso, a subdivisão com mais de 100.000 de volume de existências é a que engloba um maior número de empresas.

Cerca de 20 empresas expressam um valor de 561 mil euros de média de ativo sendo que apenas 13 têm um valor de 327 mil euros.

Relativamente a médias dos resultados, 89 empresas apresentam um resultado de 3.599.28 euros que corresponde a um inventário superior a 100.000 euros, por outro lado, 20 empresas exibem um resultado negativo de 23.989 mil euros, onde detêm menos de 50.000 euros em inventários.

A média do volume de negócios nas 89 empresas com mais de 100.000 euros de inventários e de 9.061 mil euros as restantes empresas têm um volume de negócios bem mais baixo, sendo que apenas os 2 grupos de empresas perfazem apenas 33 empresas.

Relativamente ao EBITDA as empresas que geraram mais recursos através das suas atividades operacionais, sem impostos e outros efeitos financeiros são as empresas com mais de 100.000 mil Euros, sendo que as empresas do grupo com inventários mais

baixos, têm um valor próximo destas, por último e com um valor baixo em comparação com as restantes, as 13 empresas intermédias com um valor de 1.514.13 euros.

Iremos agora analisar os dados gerais da totalidade da amostra por anos, desde 2005 a 2014.

Ano	Ativo	Endividamento	Solvabilidade	Volume de Negócios	Inventários	Antiguidade
2005	1 616 786,80	76,94%	23,06%	4 442,28	408 488,88	4
2006	1 591 203,64	81,22%	18,78%	4 272,16	403 310,97	5
2007	2 331 661,78	68,92%	17,65%	7 576,74	408 488,88	6
2008	1 757 147,62	74,14%	25,86%	5 046,45	462 814,41	7
2009	1 982 814,64	74,39%	25,61%	5 098,63	502 651,80	8
2010	2 068 480,82	69,02%	30,98%	5 371,99	280 756,78	9
2011	2 125 879,33	67,11%	32,89%	5 237,66	548 078,77	10
2012	2 146 619,67	69,58%	30,42%	5 832,34	516 119,94	11
2013	2 223 516,02	69,14%	30,86%	6 472,52	542 921,95	12
2014	2 345 363,65	68,52%	31,48%	6 739,05	540 667,58	13

Tabela 6 - Análise Anual dos Dados Gerais da Totalidade da Amostra.

Fonte: Elaboração Própria, 2016

Da tabela anterior extraímos alguns gráficos para melhor perceber a evolução dos indicadores seleccionados.

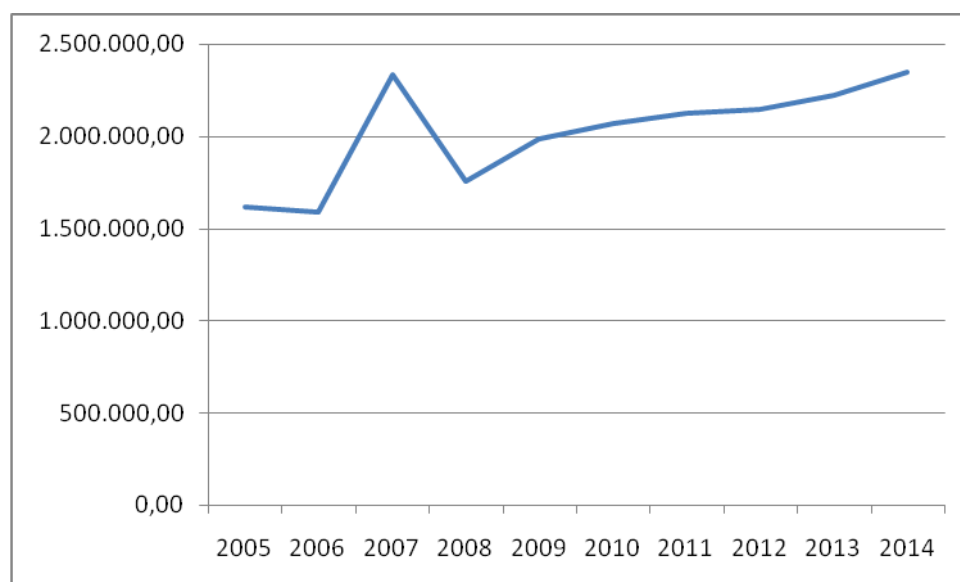


Gráfico 4- Ativo

Fonte: Elaboração Própria, 2016

No gráfico anterior podemos verificar que o ativo tem tido uma evolução positiva sendo que, em 2007, registou uma subida acentuada tendo descido em 2008 e a partir de 2009 tem havido um aumento progressivo.

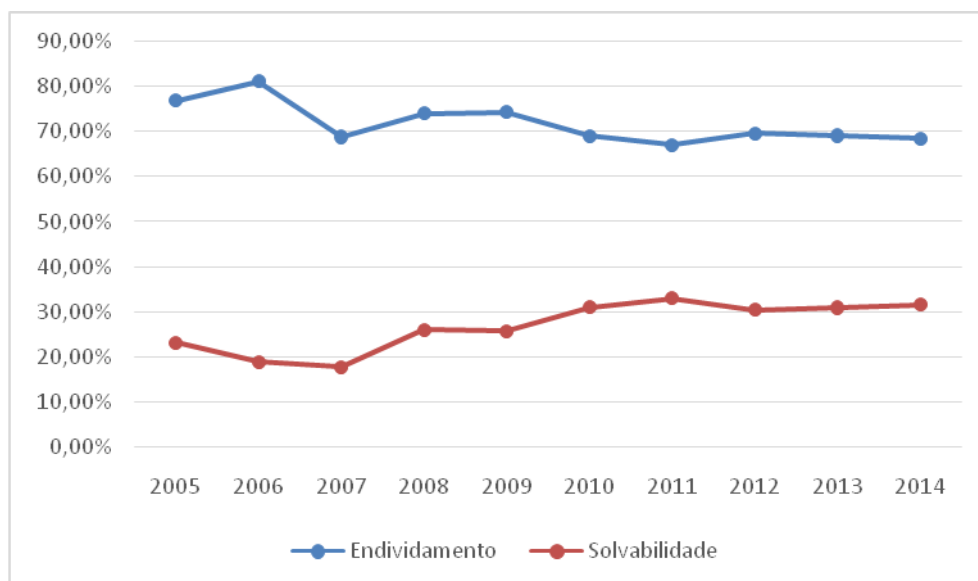


Gráfico 5 - Endividamento vs Solvabilidade

Fonte: Elaboração Própria, 2016

Podemos verificar também que o endividamento, em 2007, teve um leve decréscimo ao contrário da solvabilidade o que é natural, tendo em conta que a solvabilidade permite avaliar a capacidade da empresa face aos compromissos assumidos, sendo que, em 2007, houve um aumento também do ativo, o que pressupõe um investimento e possivelmente as empresas do setor terão recorrido a financiamentos. Em 2008, verificamos que, tanto o endividamento como a solvabilidade aumentaram, a partir de 2009, verificou-se o oposto em cada um destes rácios, ou seja, se o endividamento cresceu a solvabilidade diminuiu.

Na tabela n.º 6 podemos verificar que tem havido um aumento constante desde 2005 a 2014 do volume de negócios, com algumas descidas, com pouco significado, quando em comparação com o ano anterior, como é o caso dos anos 2006-2005 e 2010-2011, tendo-se registado um decréscimo de 2.530 euros, entre 2007 e 2008.

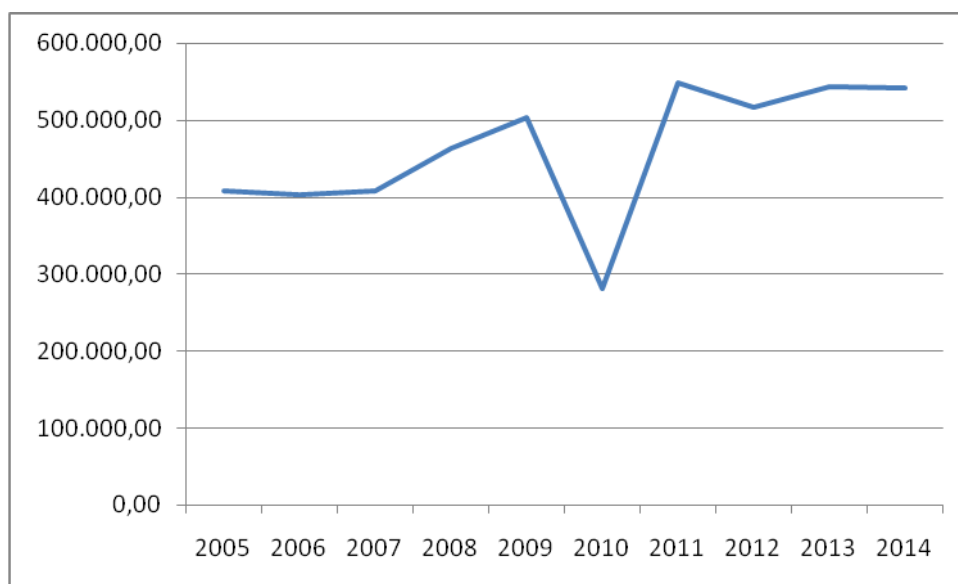


Gráfico 6 - Evolução dos Inventários

Fonte: Elaboração Própria, 2016

Relativamente aos inventários podemos observar que, entre 2005-2007, mantêm-se constantes tendo em 2008/2009 havido um significativo aumento. No ano 2010 houve uma diminuição bastante acentuada dos inventários. Em 2011, voltaram a subir e têm-se mantido até 2014 com poucas oscilações, situando-se nos 500.000 mil euros.

Graus de independência	Ativo	Capital Próprio	Resultado Líquido Exercício	EBITDA
A	911 502,36	1 048 811,40	-33 298,42	13 318,40
B	942 136,49	474 540,08	-8 716,95	6 915,47
C	10 517 531,55	5 203 743,52	28 408,15	39 606,24
D	0,00	0,00	0,00	0,00

Tabela 7 - Comparação dos Dados Económico-financeiros dos Diferentes Graus de Independência.

Fonte: Elaboração Própria, 2016

Na tabela acima apresentamos os graus de independência BvD e a sua relação com os indicadores financeiros.

Começamos por mencionar que as empresas do grupo C têm um ativo mais elevado, sendo que as do A e B têm valores muito próximos, situados nos 900.000 mil euros. Relativamente aos capitais próprios apenas a o grupo C se destaca, sendo que no grupo C existe uma única empresa. A média dos resultados líquidos nas empresas do grupo A e B são negativas sendo que no C a empresa tem resultado positivo. No que diz respeito aos valores do EBITDA, uma vez mais a empresa do grupo C apresenta valores mais favoráveis. Não podemos retirar outras ilações, a partir dos dados constantes nesta tabela uma vez que se apresentam médias de valores. Tendo em consideração que apenas uma empresa pertence ao grau de independência C e tal como referido na revisão de literatura, em que o C significava nenhum acionista registado com mais de 50% de participação direta, ou um acionista registado com mais de 50% de participação direta (detém maioria indiretamente).

De seguida iremos analisar a variação dos inventários e a sua evolução desde 2005 a 2014 e relacionar esta variável com outros indicadores financeiros.

	Δ Inventários	Endividamento	Liquidez	Ativos
2014	19 304,82	68,52%	4,29%	2 345 363,65
2013	11 307,45	69,14%	4,31%	2 223 516,02
2012	3 650,89	69,58%	3,89%	2 146 619,67
2011	15 417,49	67,11%	7,55%	2 125 879,33
2010	51 103,30	69,02%	7,33%	2 068 480,82
2009	78 348,06	74,39%	1,97%	1 982 814,64
2008	71 544,66	74,14%	2,60%	1 757 147,62
2007	-10 589,26	57,16%	4,48%	2 331 661,78
2006	10 589,26	81,22%	18,18%	1 591 203,64
2005	28 459,04	76,94%	39,58%	1 616 786,80

Tabela 8 - Análise Anual da Variação dos Inventários, o Respetivo Endividamento, Liquidez e Ativos.

Fonte: Elaboração Própria, 2016



Gráfico 7 - Variação dos Inventários (Anuais)

Fonte: Elaboração Própria, 2016

Com vista a podermos analisar de forma mais correta a variação dos inventários extraímos um gráfico no qual podemos visualizar a evolução dos inventários desde 2005 até 2014. Verificamos que a variação tem decrescido até 2007 onde se verificou uma variação negativa, o mesmo sucedeu tanto no endividamento como na liquidez, sendo que estes dois últimos indicadores não chegaram a expressar valores negativos, tendo a liquidez um valor de 4,48% neste ano e em 2005, o seu valor era de 39,58%.

Em 2008, denota-se uma recuperação até ao ano 2009 sendo que, em 2010, o valor dos inventários registou uma descida até 2012 (valor mais baixo), não tendo atingido valores negativos tal como sucedido em 2007, em 2013 voltou a registar crescimento.

No que diz respeito ao endividamento, entre 2008 e 2009, este manteve-se constante (74%), o que poderá explicar o aumento da variação dos inventários, sendo que a liquidez decresce até 2009, tendo em 2010 tido um incremento de 1,97% em 2009 para 7,55% em 2010, voltando a cair em 2012, e tendo estagnado entre 2013 e 2014.

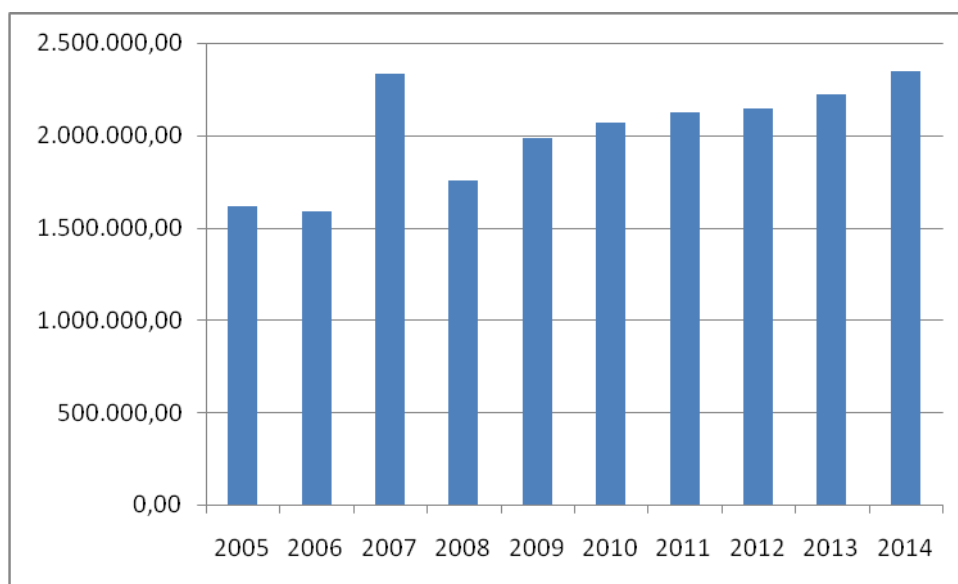


Gráfico 8 - Ativos (Anuais)

Fonte: Elaboração Própria, 2016

No gráfico acima verificamos que os ativos, tendo em conta a variação dos inventários, registaram um comportamento contrário. Apresentaram valores crescentes até 2007, tendo decrescido em 2008 e mantido o aumento ligeiro até 2014.

Data de Constituição	Endividamento	Liquidez	Rendibilidade Económica.	Ativo	Capital Próprio
2014-2009	79,84%	4,71%	-1,31%	847 272,09	176 843,62
2008-2003	68,02%	10,43%	1,67%	1 350 353,74	375 003,58
2002-1997	77,16%	2,56%	-1,92%	1 970 635,80	706 411,97
1996-1991	72,17%	3,26%	-2,07%	1 903 708,52	443 989,83
1990-1987	62,88%	4,36%	-0,57%	4 481 194,97	1 404 247,81

Tabela 9 - Análise dos Dados Económicos Financeiros por Endividamento, Liquidez, Rendibilidade, Ativo e Capital Próprio

Fonte: Elaboração Própria, 2016

Para que seja possível compreender melhor os dados económicos financeiros tendo em conta a antiguidade das empresas, procedeu-se a análise dos valores apresentados na tabela anterior.

Verificamos desde logo que as empresas mais recentes têm um rácio de endividamento maior do que as restantes, sendo a sua liquidez a terceira mais elevada com 4,71%.

Os seus ativos e capitais próprios são os mais baixos, assim como o volume de negócios.

As empresas criadas entre 1997 e 2002 são as que têm uma percentagem de endividamento superior a 77,16% e quanto ao nível de liquidez são as que evidenciam a capacidade mais baixa para solver as suas obrigações correntes, com um rácio de 2,56%, e uma rentabilidade económica negativa de 1,92%.

As empresas com mais anos de constituição (1987-1990) são as que têm a percentagem mais baixa de capital alheio utilizado no financiamento das atividades da empresa, ou seja, têm um rácio de endividamento de 62,88%, sendo que a sua liquidez é de 4.36%. Estas empresas têm uma capacidade em gerar lucros, a partir do seu ativo de -0.57% sendo que apresentam o valor mais elevado do ativo no grupo de empresas. O grupo de empresas com maior rácio de rentabilidade são as criadas entre 2003 e 2008 tendo uma rentabilidade positiva de 1,67% e o valor do seu ativo atinge os 1.350.353 mil euros.

Data de Constituição	Resultados cc	EBITDA	Inventários	Volume de negócios
2014-2009	-4 352,09	2 528,03	250 298,40	3 714,96
2008-2003	2 371,35	7 061,98	296 098,16	4 005,09
2002-1997	6 693,37	10 866,51	543 448,47	5 939,37
1996-1991	-72 307,28	2 932,07	649 291,71	5 408,02
1990-1987	-26 790,59	12 372,59	647 113,69	6 763,02

Tabela 10 - Análise dos Dados Económicos Financeiros por Resultados, EBITDA, Inventários e Volume de Negócios

Fonte: Elaboração Própria, 2016

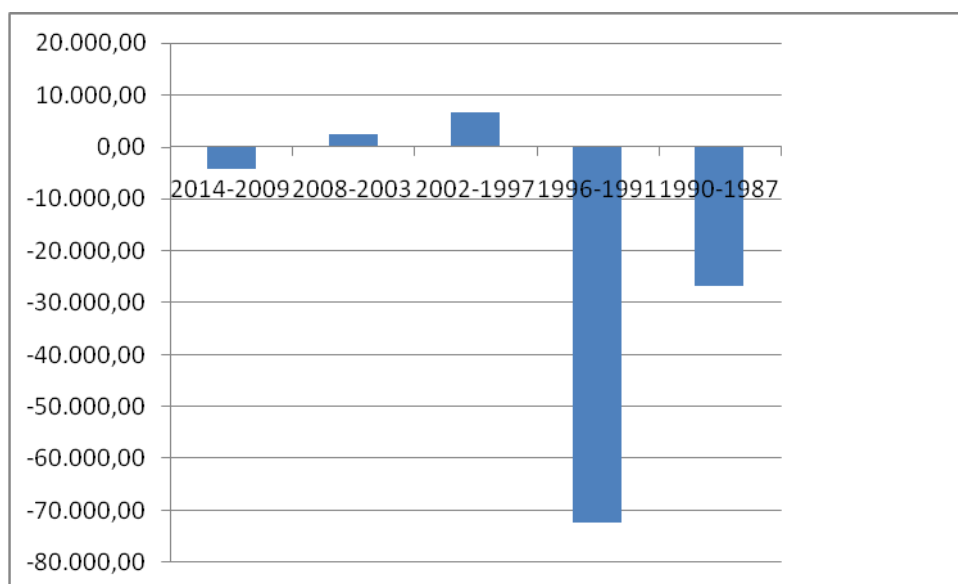


Gráfico 9 - Resultados Correntes

Fonte: Elaboração Própria, 2016

Para melhor análise extraímos um gráfico que nos mostra a quantificação dos resultados correntes em que podemos verificar que só as empresas criadas a partir de 2007, em média, apresentam melhores resultados neste setor de atividade.

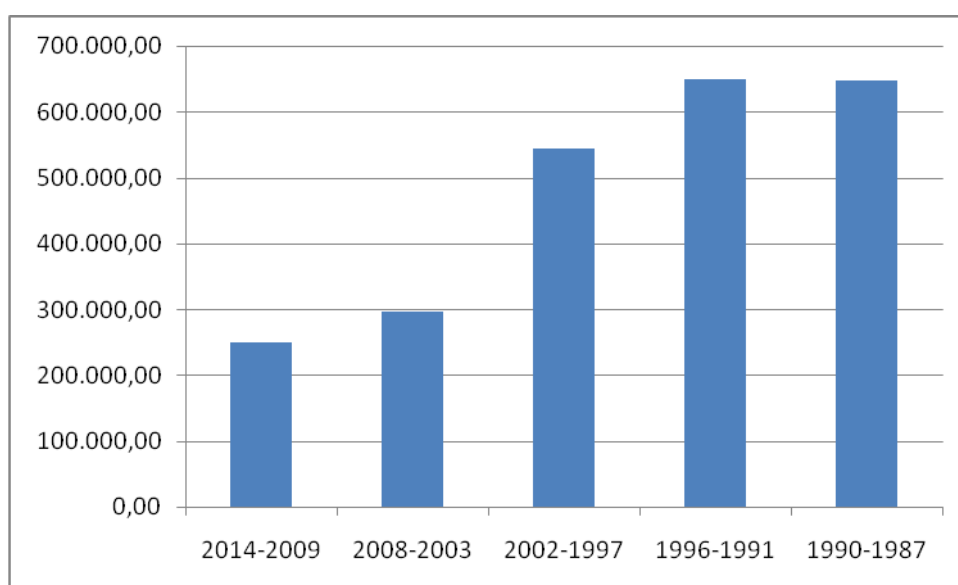


Gráfico 10 - Inventários

Fonte: Elaboração Própria, 2016

No que respeita aos inventários as empresas com mais antiguidade têm um valor mais elevado de inventários, sendo que as que têm maior valor são as criadas entre 1991 e 1996, o que é normal neste setor, uma vez que estas empresas têm de preservar vários tipos de vinho, durante vários anos, com o fim de produzirem Vinhos do Porto *Tawnies*.

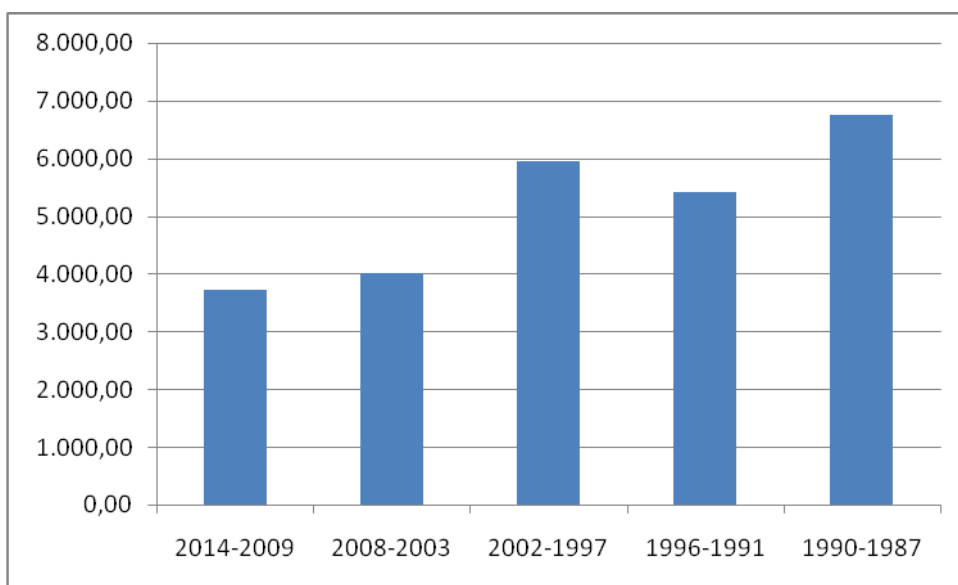


Gráfico 11 - Volume de Negócios

Fonte: Elaboração Própria, 2016

Neste último gráfico verificamos que o volume de negócios se apresenta com valores mais elevados para as empresas criadas entre 1987 e 2002, sendo que após 2003, as empresas apresentam volumes de negócios baixos como esperado, visto serem empresas mais recentes. As empresas com mais anos de constituição são as que têm maior volume de negócios possivelmente por já terem um nome bastante conhecido no mercado deste setor.

CAPÍTULO IV – Considerações Finais

1. Conclusões

Iremos, neste capítulo iniciar por apresentar as principais conclusões utilizando a técnica de triangulação de dados, na medida em que os resultados obtidos pela análise aos dados das empresas objeto da nossa amostra serão relacionados com os documentos analisados no capítulo I da revisão de literatura.

Assim e para uma melhor compreensão as conclusões serão subdivididas pelas duas hipóteses delineadas neste trabalho de investigação.

1.1. Conclusões Hipótese 1

Com este estudo pretendemos analisar o comportamento e evolução dos inventários nos Vinhos do Porto, a variação nos inventários de produção e de que forma é afetado o desempenho das empresas vinícolas por este facto, identificando ainda o seu posicionamento nas várias empresas em análise.

H1. Variação do inventário versus impacto nas Demonstrações Financeiras das empresas

Para validação desta hipótese pressupõe-se que as questões de investigação traçadas tenham uma resposta positiva em resultado da análise aos dados apresentados ao longo deste estudo.

Foram objeto de análise os aspetos a seguir indicados:

- Variação dos inventários de produção no período compreendido entre os anos de 2004 e 2014, dez anos de evolução, no setor do Vinho do Porto
 - Impacto destes nos dados económicos e financeiros das empresas objeto da amostra deste estudo

Realçamos o facto de os inventários serem uma temática controversa no que concerne à sua mensuração, contabilização e fiscalidade. Dos vários autores e documentos analisados destacamos alguns que nos parecem mais incisivos para a conclusão que pretendemos.

Do parágrafo 6 da NCRF 18 extraímos que os inventários são “(...) ativos detidos para venda no decurso normal do negócio; ativos que se encontram em processo de produção para venda; e matérias-primas e materiais a serem consumidos no processo de produção ou de prestação de serviços.”

Os inventários enquadram-se na rubrica de ativos correntes, dado que, por regra, figuram no balanço das empresas por períodos inferiores a um ano.

Como princípios gerais dos inventários, Day (2008) apresenta a instantaneidade, a tempestividade, a integridade, a especificação, a homogeneidade e a uniformidade.

Destacamos “a especificação” na medida em que este princípio estabelece que o inventário deve especificar cada elemento patrimonial e agrupá-lo de acordo com a sua função em grupos homogêneos que efetivamente os represente e “a uniformidade” sendo que este princípio pretende que se mantenham os mesmos critérios, normas e estrutura, para a elaboração de todos os inventários, com a finalidade de assegurar a possibilidade de comparações entre inventários sucessivos.

A escolha do sistema de inventário para a sua contabilização é uma decisão de grande importância para a gestão, dado que o seu valor interfere com todos os valores presentes nas DF’s de qualquer empresa.

A utilização de sistemas de informação eficazes para a gestão dos inventários é fundamental uma vez que a gestão de *stocks* compreende no seu âmbito, uma problemática mais rica do que o simples registo e controlo das transações.

Normalmente, os inventários são mensurados pelo custo. No entanto, podem emergir casos, tais como “*deterioração física, obsolescência, diminuição do preço de venda, ou aumento dos custos que a entidade prevê suportar*” (Moraes et al., 2004, p. 65) em que o custo dos inventários pode não ser recuperado tendo de o mensurar a partir do valor realizável líquido.

A definição de um sistema de custeio compreende a consideração de várias componentes, destacando-se as seguintes: pressupostos; componentes de custo; dados mestres; mecanismos de apuramento e mecanismos de controlo (Cogan, 1999).

A contabilização dos inventários pelo sistema permanente configura uma boa prática contabilística e de controlo interno, já que permite apurar o valor dos inventários e dos custos associados (Reis, 2008). Ao nível das informações a divulgar nas demonstrações

financeiras verifica-se uma maior exigência dos dados quer de natureza geral e qualitativa (pressupostos, políticas e critérios), quer de cariz específico (Rocha, 2000).

Pela antiguidade da amostra em estudo, de 122 empresas, 19 têm menos de 5 anos de constituição e 103 empresas mais de 5 anos.

As empresas com antiguidade inferior a 5 anos apresentam uma imagem financeira mais favorável do que outras empresas. O seu volume de Negócios é significativamente mais elevado. O resultado líquido é negativo, sendo que nas empresas com mais de 5 anos o resultado líquido é superior em cerca de seis vezes mais do que nas demais.

O total do ativo do capital próprio e do EBITDA nas empresas do primeiro grupo (menos de 5 anos) apresenta os valores médios mais elevados.

Os inventários apresentam valores mais elevados nas empresas com menos de 5 anos, o que poderá ser normal para este setor de atividade, devido ao facto de ainda não possuírem vinhos com a maturidade necessária para a sua comercialização, dado que, o vinho necessita de ter maturidade, em média, cinco anos, para adquirir as características principais do Vinho do Porto.

A rentabilidade económica, nas empresas do primeiro grupo apresentam valores mais baixos.

No primeiro grupo de empresas, a rentabilidade financeira, apresenta-se negativa em 34,82%. O indicador de liquidez geral indica que as empresas com mais de 5 anos apresentam valores superiores.

Relativamente ao endividamento, as empresas com menos de 5 anos apresentam um grau inferior quando em comparação com as que têm mais de 5 anos.

O rácio de solvabilidade é mais elevado nas empresas com menos anos, logo, a estabilidade financeira destas é superior às demais.

Comparando o valor dos inventários com outros indicadores económico e financeiros, afirmamos que 89 empresas apresentam inventários superiores a 100.000 euros, entre 50.000 e 100.000, 13 empresas e, 20 empresas com menos de 50.000 euros de inventários.

Relativamente a médias dos resultados, 89 empresas apresentam um resultado de 3.599.28 euros que corresponde a um inventário superior a 100.000 euros, por outro

lado, 20 empresas exibem um resultado negativo de 23.989 mil euros, onde detêm menos de 50.000 euros em inventários.

A média do volume de negócios nas 89 empresas com mais de 100.000 euros de inventários e de 9.061 mil euros as restantes empresas têm um volume de negócios bem mais baixo, sendo que apenas os 2 grupos de empresas perfazem apenas 33 empresas.

Relativamente ao EBITDA as empresas que geraram mais recursos através das suas atividades operacionais, são as empresas com mais de 100.000 mil Euros, sendo que as empresas do grupo com inventários mais baixos, têm um valor próximo destas, por último com um valor mais baixo, 13 empresas, com 1.514.13 euros.

As questões delineadas para a Hipótese em análise são as apresentadas de seguida.

Q1.H.1. Existe uma relação direta entre a variação nos inventários e o impacto negativo nos resultados operacionais das empresas?

Q2.H.1. Verifica-se que antiguidade da empresa e consequentemente a antiguidade dos inventários tem um peso significativo no valor dos seus ativos?

Na decorrência dos aspetos evidenciados anteriormente, podemos concluir pela resposta positiva a estas questões, pelo que damos por validade a Hipótese n.º 1 - Variação do inventário versus impacto nas Demonstrações Financeiras das empresas.

1.2. Conclusões Hipótese 2

Pela análise dos dados apresentada no capítulo anterior iremos, de seguida, apresentar as principais conclusões na tentativa de ver validada esta hipótese.

H2. O ativo com maior peso encontra-se relacionado com a antiguidade das empresas.

Q1.H2. A existência de um elevado endividamento nas empresas deste setor reside na acumulação dos seus inventários?

Q2.H2. Qual a relação existente entre a maturidade e o endividamento da empresa?

Os vinhos vintage são de elevada qualidade e normalmente permanecem nas caves por períodos muito longos.

A contabilidade na indústria do vinho evoluiu muito nos últimos. O Premium Wine (permanece nas caves num período entre 5 a 10 anos) foi o ponto de partida para esse desenvolvimento. Blake (1998) refere que a aplicação das normas tradicionais de contabilidade na indústria do vinho tem um efeito negativo no Premium Wine comparado com os demais.

Em Portugal, não há um tratamento especial para a indústria do Vinho do Porto, no entanto, é aplicável a fórmula de custeio específica que é aceite pelos auditores e pelos reguladores da indústria. Esta fórmula tem como base a regra utilizada pela Autoridade Tributária, para as indústrias do Vinho do Porto, pelo que a mesma tem sido utilizada pelos auditores e pela regularização do setor.

A AECA's Management Accounting Principles Commission (AECA, 1999), refere que o vinho em amadurecimento devia de ser contabilizado no ativo tangível.

O estudo de Viana (2004), em que analisa as práticas contabilísticas da indústria do Vinho do Porto, podemos verificar que seria uma mais-valia para o setor vinícola se houvesse alguma flexibilidade nas regras gerais de contabilidade de como tratar os inventários.

O quadro contabilístico atual é baseado em inventários atuais, a indústria do Vinho do Porto tem inventários de longa duração, (Viana, 2004).

Pelos dados analisados para os anos compreendidos no período 2004 a 2014, verifica-se que o ativo tem tido uma evolução positiva sendo que, em 2007, registou uma subida acentuada tendo descido em 2008 e tem registado um aumento progressivo desde 2009.

Em 2007, o endividamento, apresentou um leve decréscimo, ao contrário da solvabilidade sendo que, em 2007, houve um aumento do ativo. Em 2008, verifica-se um aumento, quer do endividamento, quer da solvabilidade e em 2009 verifica-se o oposto entre os dois rácios, o endividamento cresceu a solvabilidade diminuiu.

Pelos valores apresentados verifica-se que tem havido um aumento constante desde 2005 a 2014 do volume de negócios.

Relativamente aos inventários, entre 2005-2007, mantêm-se constantes tendo havido um aumento significativo entre 2008/2009. No ano de 2010 houve uma diminuição acentuada dos inventários e, no ano seguinte, voltaram a subir, tendo-se mantido a tendência até ao ano de 2014, situando-se nos 500.000 mil euros.

No que diz respeito ao endividamento, entre 2008 e 2009, este manteve-se constante (74%), o que poderá explicar o aumento da variação dos inventários, sendo que a liquidez decresce até 2009, tendo em 2010 tido um incremento de 1,97%, em 2009 para 7,55%, em 2010, voltando a cair em 2012, e tendo estagnado entre 2013 e 2014.

Verifica-se ainda que os ativos, tendo em conta a variação dos inventários, registaram um comportamento contrário.

As empresas mais recentes apresentam um rácio de endividamento superior ao das restantes, sendo a sua liquidez a terceira mais elevada com 4,71%.

Os seus ativos e capitais próprios são os mais baixos, assim como o volume de negócios.

As empresas criadas entre 1997 e 2002 são as que têm uma percentagem de endividamento superior a 77,16% e quanto ao nível de liquidez são as que evidenciam a capacidade mais baixa para solver as suas obrigações correntes, com um rácio de 2,56%, e uma rentabilidade económica negativa de 1,92%.

As empresas com mais anos de constituição (1987-1990) são as que apresentam a percentagem mais baixa de capital alheio utilizado no financiamento das atividades da empresa, ou seja, o seu rácio de endividamento é de 62,88%, sendo que a liquidez é de 4.36%. Estas empresas têm uma capacidade em gerar lucros, a partir do seu ativo de - 0.57% sendo que apresentam o valor mais elevado do ativo no grupo de empresas.

O grupo de empresas com maior rácio de rentabilidade são as criadas entre 2003 e 2008 tendo uma rentabilidade positiva de 1,67% e o valor do seu ativo atinge os 1.350.353 mil euros.

As empresas criadas a partir de 2007, em média, apresentam melhores resultados neste setor de atividade.

No que respeita aos inventários as empresas com mais antiguidade têm um valor mais elevado de inventários, sendo que as que têm maior valor são as criadas entre 1991 e 1996, o que é normal neste setor, uma vez que estas empresas têm de preservar vários tipos de vinho, durante vários anos, com o fim de produzirem Vinhos do Porto *Tawnies*.

Pelo exposto anuímos pela validação da hipótese n.º 2, uma vez que consideramos respondidas as questões relacionadas com a mesma.

2. Limitações do Estudo

As limitações decorrem na impossibilidade de recorrer a empresas do Vinho do Porto, pois teria sido interessante entrevistar pessoas do departamento contabilístico e caso houvesse departamento de auditoria, de várias empresas do Vinho do Porto a fim de perceber melhor como funcionam os controlos e se funcionam para perceber se o que se fala teoricamente é exequível na realidade.

3. Propostas para Investigações Futuras

A limitação acima referida traduz-se numa continuidade do presente estudo: poderá continuar por este caminho, na tentativa de investigar com pormenor a história da contabilidade no setor do Vinho do Porto, dado que esta tem sofrido alterações significativas ao longo dos anos.

Apêndices

Apêndice 1 – Tabela_SABI com todos os dados analisados

Apêndice 2 – Mapas de Análise do SABI

Referências Bibliográficas

AECA (1999) "Contabilidad de gestión en las empresas vitivinícolas", Madrid.

AICPA (1978). *The Commission of Auditor's Responsibilities: Report, conclusions and recommendations*. New York.

Alves, J. J. (2015). *Princípios e prática de auditoria e revisão de contas*. Edições Sílabo.

Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Blake, John, Amat, Oriol and Dowds, Jack (1998) "*The drive for quality; the impact on accounting in the wine industry*" Journal of wine research, Vol.9, nº2, pp 75-86

Bogdan, R. S. & Blikien, S. (2003) *Investigação Qualitativa em Educação: uma Introdução à Teoria e aos Métodos* (12ª Edição). Porto: Porto

Bogdan, R.S. & Blikien, S. (2003) *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à Teoria e aos Métodos* (12ª Edição). Porto:Porto

Bornia, A. (2002). *A Análise Gerencial de Custos – Aplicação em Empresas Modernas*. Bookman. São Paulo.

CATIM. (2012). *Centro de Apoio Tecnológico à Indústria Metalomecânica*.

Cervo, A. L & Bervian, P. A. (2002). *Metodologias Científica* (5ª Edição). São Paulo: Prentice Hall

Cogan, S. (1999). *Custos e Preços – Formação e Análise*. Pioneira. São Paulo.

Costa, A. (2011). *A aplicação das ISA em Portugal*. XIII Congresso Contabilidade e Auditoria no ISCAP.

Costa, C. B. (2007). *Auditoria Financeira – Teoria e Prática*. 8ª Edição. Lisboa, Editora

Creswell, J. W. (2003) *Research Design: Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches*. California: Sage.

Day, J. (2008). Accounting for Inventory. Disponível em:
http://www.reallifeaccounting.com/pubs/Article_Theme_Accounting_for_Inventory.pdf
Acesso em: 13, Dezembro, 2015.

Flick, U. (2004). *Uma introdução à Pesquisa Qualitativa* (2ª Edição). Porto Alegre: Bookman

Flick, U. (2004). *Uma introdução à Pesquisa Qualitativa* (2ª Edição). Porto Alegre: Bookman

Fortin, M. F. (1999). *O processo de Investigação: da Concepção à Realização* (2ª Edição). Loures: Lusociência

Fortin, M. F. (2000). *O Processo de investigação* (2ª Edição). Loures

Franco, H. (1999). *Auditoria de Contabilidade*. 4ª edição, São Paulo. Atlas.

Gil, A. C. (1991). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Atlas

Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (5ª Edição). São Paulo: Atlas

Guimarães, J. (2004). *História da Contabilidade em Portugal: Reflexões e Homenagens* (1ª Edição). Lisboa: Áreas Editora

Guimarães, J. (2009). Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. *Revista Eletrónica Infocontab*, 44, 16.

Horngren, C. T., Sundem, G. L. & Stratton, W. O. (1997). *Introduction to Management Accounting*. 11ª edição, Prentice Hall, Nova Jersey.

IAPMEI - <http://www.iapmei.pt>

Jesus, J. R. (2011). *Auditoria, uma visita*. Conferência no âmbito do Mestrado de Contabilidade e Finanças da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Lakatos, E. M. & Marconi, M. (2001). *Metodologia do Trabalho Científico* (4ª Edição). São Paulo

Malhotra, N. K. (2001). *Pesquisa de Marketing: uma Orientação Aplicada* (3ª Edição). Porto Alegre: Bookman.

Marçal, N., & Marques, F. L. (2011). *Manual de auditoria e controlo interno no sector público*. Edições Sílabo.

Marques, M. (2010). *Auditoria e Gestão*. Lisboa, Editorial Presença.

Mattar, F. N. (2001) *Pesquisa de Marketing* (3ª Edição). São Paulo: Atlas

Miñon, J. I. & Dominguez, B. M. (2003). *Auditoría Interna: Situación actual y perspectivas de futuro*. Partida Doble, 146, 66-75.

Morais, A. I., & Lourenço, I. C. (2004). *Existências - Interpretação e aplicação da NIC 2*. Lisboa: Publisher Team.

Morais, G. & Martins, I. (1999). *Auditoria Interna - Função e Processo*. Lisboa: Áreas Editora

Moreira, D. A. (2002) *O Método Fenomenológico na Pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thompson.

Pereira, M. C. (2006). *Impactos fiscais da adoção da IAS/IFRS*. Universidade do Minho.

Pires, A. M. (2010). *Os efeitos e implicações da actual reforma contabilística (SNC) no quadro das relações de coexistência entre a contabilidade e a fiscalidade*. Instituto Politécnico de Bragança.

Pradas, I. & Salvador, I. C. (1995). *Auditoria de entidades locais*. Instituto de auditores Censores Jurados de Cuentas de España, Madrid, 9-19.

Quivy, R. e L. V. Campenhoudt (2003), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.

Rambaux, A. (1968). *Gestão Económica dos Stocks*. 2ª edição, Lisboa, Pórtico.

Reis, J. V. (2008). *Revisão e Auditoria às Contas – Intervenções do Bastonário*. Coimbra, Edições Almedina.

Richardson, R. J. (2007). *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas* (3ª Edição). São Paulo: Atlas

Richardson, R.J. (2007). *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas* (3º Edição). São Paulo:Atlas

Rocha, L. M. R. (2000). *A teoria financeira no contexto das pequenas e médias empresas: o caso do sector têxtil e de vestuário em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Ciências Empresariais, Universidade do Porto.

Rodriguez Rodriguez, Mª Paz and Sáez Ocejó, José (2002) "Aspectos del plan general contable de las empresas del sector vitivinícola", *Técnica Contable*, Março, pp.197-220;

Sousa, José Maria e Baptista, Sales Cristina (2011), “*Como fazer Investigação Dissertações, Teses e Relatórios Segundo Bolonha*”, Pactor, 1ª Edição, Lisboa.

Taborda, D. M. G. (2015). *Auditoria: revisão legal das contas e outras funções do revisor oficial de contas*. 2ª edição. Edições Sílabo.

Teixeira, M. (2006). Contributo da Auditoria Interna para uma Gestão Eficaz. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Auditoria, Universidade Aberta de Coimbra

Trivinos, A. N. S. (1987). Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em educação. São Paulo: Atlas

Viana. R.C. (2004). A special accounting treatment for special industries. Evidence from Port Wine Industry accounting practices.

Yin, R. K. (2001). Estudo de Caso: Planejamento e Métodos (2ª Edição). Porto Alegre: Bookman

Legislação:

Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho

Decreto-lei 47176/66, de 2 de Setembro